

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

GLADIS MAGALI FRANÇA

**A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DOS IMPACTOS DOS
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NA VIDA COTIDIANA DAS
FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL.**

CAÇADOR
2019

GLADIS MAGALI FRANÇA

A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DOS IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VIDA COTIDIANA DAS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Serviço Social, pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, sob orientação da professora Mestra Adriane Alves da Cruz.

CAÇADOR

2019

GLADIS MAGALI FRANÇA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título (Grau) de:

Bacharel em Serviço Social

E aprovada na sua versão final em _____ (data), atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Coordenação do Curso de Serviço Social.

Dr^a.Fátima Noely da Silva
Coordenadora do Curso de Serviço Social

Ms. Adriane Alves da Cruz
Professora Orientadora

Mensagem

Estradas da vida

*As estradas da vida nem sempre são
planas e lisas . Tem subidas e descidas,
retas e curvas, poeiras, noites.
Encara tudo com confiança, sem desaminar.
E se encontrares muitas pedras pelo caminho,
Junte-as para construir com elas a escada
por onde chegaras ao topo do **Sucesso**.*

www.semprealegria.com

AGRADECIMENTOS

No transcorrer da presente graduação, muitas pessoas estiveram comigo em momentos difíceis, importantes e decisivos. A elas minha eterna gratidão.

Em primeiro lugar estender gratidão a Deus pela vida e muita luz em toda a caminhada, dando-me sustento e coragem para questionar realidade proporcionando-me cada dia novas possibilidades de escolha.

Agradecer a você **Romeu Tonetta** de forma especial pelo carinho dando-me forças e coragem, sendo companheiro em todos os momentos. Obrigado pela paciência, pelo incentivo, pela presença em todos os momentos de dificuldade. Valeu a pena a distância, o sofrimento, as renúncias.... Tudo valeu a pena porque hoje estamos colhendo juntos, os frutos do nosso empenho. Você fez parte efetivamente nas dificuldades e nas minhas vitórias.

Gratidão em especial a minha família pela capacidade de acreditar no meu potencial. Aos meus pais dando-me a vida e ensinando-me a melhor qualidade de um ser humano, a humildade. Agradecer aos meus amados filhos por toda ajuda prestada, com pesquisas, resumos, slides, trocas de ideias, pela paciência nas dificuldades. Meus amores incondicionais

Estender minha gratidão a minha supervisora de estágio: Tauana Neis, pela paciência e competência profissional para comigo nos momentos de aprendizagem que foram muitos. Muito grata por tudo. No percurso também fiz muitos amigos, quero carinhosamente estender meus agradecimentos pelos conselhos, pela escuta. Também às colegas de trabalho ajudando-me com incentivo e horários.

Agradecer imensamente aos padrinhos dos projetos que também foram muitos e sempre que precisei de auxílio na execução dos projetos, não mediram esforços para subsidia-los

Agradecer à professora Adriane, minha orientadora, por sua dedicação, prestada em todos os momentos vivenciados, pelo apoio, incentivo e paciência na elaboração do TCC que foi um grande desafio. Juntas estamos concluindo a graduação.

Estender gratidão especial a minha turma pela acolhida desde o início, pelo companheirismo, coleguismo, amizade. Que tenhamos muita luz celestial para todas nesta nova etapa de vida.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão do Curso tem como objetivo refletir e analisar a intervenção do Assistente Social, tendo em vista os impactos dos Programas de transferência de Renda nas vidas dos Beneficiários, onde os referidos programas apresentam vários objetivos, entre eles, a autonomia destas famílias. Iniciamos o primeiro capítulo, fazendo uma revisão da trajetória histórica da profissão e sua relação com o capitalismo. Em seguida, enfatizamos os impactos dos programas de transferência de renda na vida dos usuários que se encontram em vulnerabilidade social, destacamos o Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência de Renda Brasileira surgindo no ano de 2003 em medida emergencial para o alívio imediato da pobreza e da extrema pobreza das pessoas vulneráveis em todos os âmbitos do contexto social. Evidenciamos que o Programa Bolsa Família não vai remover as famílias da pobreza e das desigualdades sociais, mas surge como uma oportunidade de mudança e de incentivo à qualidade de vida. A Política de Assistência Social é tida como apoiadora, na medida em que visa o enfrentamento da pobreza e a garantia dos mínimos sociais aos cidadãos e grupos que se encontram em situação de extrema pobreza. Para concluir, ressaltamos a experiência vivenciada no processo de Estágio Supervisionado Curricular obrigatório e sua contribuição para a nossa formação acadêmica, a intensificação da unidade teoria prática e a importância da profissão de Serviço Social junto a esses programas e a demanda propriamente dita.

PALAVRAS-CHAVES: Programa de transferência de renda. Vulnerabilidade. Serviço Social.

ABSTRACT

This Course Completion work aims to reflect and analyze the intervention of the Social Worker, in view of the impacts of the Income Transfer Programs on the lives of the Beneficiaries, where the referred programs have several objectives, among them, the autonomy of these families. We started the first chapter, reviewing the profession's historical trajectory and its relationship with capitalism. Then, we emphasize the impacts of income transfer programs on the lives of users who are socially vulnerable; we highlight the Bolsa Família Program (PBF), which is a Brazilian Income transfer program that emerged in 2003 as an emergency measure for the immediate alleviation of poverty and extreme poverty for vulnerable people in all areas of the social context. We show that the Bolsa Família Program will not remove families from poverty and social inequalities, but it appears as an opportunity for change and to encourage quality of life. The Social Assistance Policy is seen as supportive, insofar as it aims at tackling poverty and guaranteeing social minimums to citizens and groups who are in extreme poverty. To conclude, we highlight the experience of the Supervised Curricular Internship process and its contribution to our academic training, the intensification of the practical theory unit and the importance of the Social Service profession in these programs and the demand itself.

KEYWORD: Cash Transfer Program. Vulnerability. Social Work.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BPC-Benefício de Prestação Continuada

CE- Código de Ética

CEF- Caixa Econômica Federal

CF-Constituição Federal

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

CFESS-Conselho Federal de Serviço Social

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS-Centro Especializado de Assistência Social

CADUNICO-Cadastro Único

CNAS-Conselho de Assistência Social

ESF- Equipe de Saúde da Família

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FNAS- Fundo de Assistência Social

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS-Lei Orgânica Da Assistência Social

MDS-Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NOB/Suas-Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

ONG's- Organização Não-Governamental.

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento à família

PBF-Programa Bolsa família

PIB-Produto Interno Bruto

PNE-Plano Nacional de Educação

PNAA-Programa Nacional de Acesso à alimentação

PNAS-Plano Nacional de Assistência Social

PFZ-Programa Fome Zero

PTRS-Programa de Transferência de Renda

SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICON-Sistema de Condicionalidade do Programa Bolsa Família

SUS-Sistema Único de Saúde

SUAS-Sistema Único de Assistência Social

TFD-Tratamento Fora do Domicílio

TCC-Trabalho de Conclusão de curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CAPÍTULO 1: A Trajetória Sócio histórica do Serviço Social no Brasil e seu Embasamento Teórico	11
1.1.1 A relação da profissão de Serviço Social com o sistema Capitalista ... 12	
1.1.2 A ruptura do conservadorismo tradicional e o movimento de reconceitualização do serviço social	16
1.1.3 O Projeto ético Político Profissional e a construção coletiva que orienta o exercício e a Formação Profissional	22
1.1.4 As dimensões Constitutivas do Serviço Social: Constituindo-se em diferentes níveis de apreensão da realidade da profissão, porém indissociáveis	27
1.1.5 A evolução dos códigos de Ética como pressuposto do Agir Profissional 31	
1.2 CAPÍTULO 2: A Importância dos Programas de Transferências de Renda na vida Cotidiana das Famílias beneficiárias.....	36
1.2.3 Os principais Programas de Transferência de Renda do Brasil	41
1.2.4 A Efetividade dos Programas de Transferência de Renda	47
1.2.5 As Legislações Brasileiras que garantem os Programas de Transferência de Renda como Acesso aos Direitos Sociais	50
1.2.6 As Famílias em Vulnerabilidade Social e a inclusão nos Programas de Transferências de Renda	54
1.2.7 A atuação do Serviço Social junto e a inclusão dos Programas de transferência de Renda	59
1.2.8 A necessidade emergencial: Do Trabalho Social a garantia ao Acesso aos Direitos	63
1.3 CAPÍTULO III: Análise da experiência vivenciada no Estágio de Serviço Social.....	67
1.3.1 A concepção do Estágio de Serviço Social	67
1.3.2 Os Programas de Transferência de Renda do Município de Pinheiro Preto com Ênfase no Bolsa Família	71
1.3.3 Projetos de Intervenção Institucional	73
1.3.4 Projeto Acadêmico	75
1.3.5 O Serviço Social na Instituição	76

1.3.6 Caracterização dos sujeitos sociais da prática de estágio: perfil das famílias cadastradas nos programas de transferência de renda do município de Pinheiro Preto/SC	78
1.3.7 Descrição e análise da Intervenção do Estágio	80
1.3.8 Desenvolvimento do processo de estágio	81
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de Curso (TCC) tem como título: A Intervenção do Assistente Social diante dos impactos dos programas de transferências de renda na vida cotidiana das famílias em vulnerabilidade social, sendo uma exigência parcial do curso de Serviço Social da Universidade do Alto do Rio do Peixe (Uniarp) de Caçador, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Além de ser uma exigência e um momento de muito aprendizado, ao recapitular e reviver nossa trajetória acadêmica percorrida nestes quatro anos, onde priorizamos uma temática, a qual temos afinidade e acreditamos ter uma grande significância na sociedade e que nossa escrita contribua direta ou indiretamente para uma reflexão profunda sobre a importância da nossa profissão com a demanda específica.

No primeiro capítulo discorreremos o Serviço Social e sua trajetória histórica e conquistas. Apresentamos as problemáticas advindas de um modo de produção capitalista surgindo assim duas classes: Burgueses X Proletariados. Este modo de produzir bens é necessário para a vida que surge no século XX na Inglaterra. Suas características são: de exploração da mão de obra, trabalho assalariado, divisão sócio técnica do trabalho, a extração da mais valia e a desigualdade social. Neste contexto histórico nascem as expressões da “Questão Social”. O Serviço Social foi se delineando aos poucos, com as reivindicações de uma vida melhor, a onde dá início aos movimentos sociais, que aclamam, por melhorias vida, onde destacamos os momentos marcantes da nossa profissão.

No segundo capítulo mostraremos que os programas de transferências de renda têm produzido impactos significativos na vida de seus beneficiários, amenizando de forma imediata as problemáticas da “Questão Social” e suas expressões, dentre elas, a pobreza e a extrema pobreza. A Transferência de renda é uma estratégia para garantir a sobrevivência das famílias e indivíduos pobres. Os extremamente pobres, situados no contexto político de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais onde pressupõe ação do Estado e articulação com a política e programas estruturantes. Seus objetivos primordiais são: combater a fome e a miséria, promover a reinserção social e a emancipação das famílias mais pobres do país. Os beneficiários também têm deveres a serem cumpridos. São essas as condicionalidades do programa. Não estando disposto ao cumprimento do programa, o benefício é bloqueado chegando até a suspensão do mesmo.

Reforça o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas: educação, assistência social e saúde, com ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias.

No terceiro capítulo é a experiência vivenciada no Estágio supervisionado curricular obrigatório de Serviço Social, onde damos ênfase ao nosso público alvo, até os espaços sócios ocupacionais. Neste momento percebemos que teremos de nos despir de preconceitos. É uma realidade de vida que chega até nós, e como técnicos temos que estar preparados para enfrentar junto a esses usuários as expressões da “Questão Social”. Com base nessa concepção, o agir profissional deve ser antecedido pelo pensar sobre os valores que impregnam as ações do Serviço Social, sobre as respostas que a profissão vem dando às demandas postas e sobre as direções que orientam tais demandas. Ou seja, é necessário o conhecimento da profissão, de suas condições, possibilidades e determinações. São essas reflexões que orientam alternativas de ações e a escolha pelos instrumentos e técnicas da intervenção. Podemos ter cada vez mais clareza de que a profissão de Serviço Social entrou em ação para amenizar as ocorrências que estavam acontecendo no Brasil. Claro passou por muitas transformações, mas hoje se fundamenta em princípios éticos e relevantes. Além disso, o profissional Assistente Social luta para colocar em prática direitos dos cidadãos. Finalizamos intensificando a relação Teoria X Prática, discorrendo as considerações finais onde fazemos uma síntese dos elementos constantes no contexto do trabalho, unindo ideias e fechando as questões apresentadas na introdução do mesmo.

1.1 CAPÍTULO 1: A Trajetória Sócio histórica do Serviço Social no Brasil e seu Embasamento Teórico

Neste capítulo faremos uma análise sobre o sistema capitalista e suas consequências, considerando a conexão intrínseca existente entre o modo de produção capitalista e o Serviço Social como profissão, enfatizando a ruptura com o conservadorismo tradicional e o movimento de reconceituação, associando ao projeto ético e político do Serviço Social que orienta o exercício e a formação profissional, com o objetivo de analisar os fundamentos do trabalho do assistente social, entendidos na perspectiva das Diretrizes Curriculares da profissão de

Serviço Social enquanto conformados pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, concluindo com a evolução dos códigos de Ética da profissão e o impacto no agir profissional.

1.1.1 A relação da profissão de Serviço Social com o sistema Capitalista

O modelo capitalista está ligado a produção e reprodução de bens duráveis ou não, a apropriação dos meios de produção e da propriedade privada capitalista e a exploração da mão de obra assalariada são características desse sistema, predominante, voltada aos interesses da burguesia, acumulação de capital, relação poder X dominação, divisão social e técnica do trabalho.

O modo capitalista, de produzir supõe, pois, um “modo de pensar”, que expressa a ideologia dominante, na sua força de trabalho e nas suas ambiguidades. Esse modo de pensar, necessário á “reelaboração das bases de sustentação ideológicas e sociais do capitalismo” é recriado a partir do modo produzir a riqueza material, da reprodução do modo de vida instituído pelo capital. (IAMAMOTO, 1982, p. 107).

As desigualdades socioeconômicas existentes no país, instaladas no processo econômico e social, é uma realidade atual, porém também reflexo de um período histórico instalado. O capitalismo é um sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho.

O Modo de Produção Capitalista surge no século XII, se consolidando no final do século XVII na Inglaterra, seu lócus é na indústria. O processo econômico ocorreu devido as importantes mudanças na sociedade podendo dizer o que moveu o capitalismo foi a Revolução Industrial que se caracterizou pela evolução tecnológica na produção e nas relações sociais com esse modelo de produção capitalista os burgueses como detêm mais, a tendência é gerar mais renda, pois o capitalismo só visa lucro e riqueza e através disso os burgueses acabam explorando os proletariados fazendo com que eles se submetam à exploração e longas jornadas de trabalho, salários precários e às vezes até a indústria em péssimas condições. Seu objetivo é o lucro através do qual se dá acumulação do capital com a exploração da mais valia.

“O Capitalismo, gera o mundo da cisão da ruptura, da exploração da maioria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade” (MARTINELLI, 2005, P.54)

O capitalismo é caracterizado principalmente pelo trabalho urbano, utilização de máquinas nas produções, exploração da mão de obra, produção em série, concentração ou acumulação da produção e do capital financeiro, marcado ainda por acirrada concorrência.

Além disso, teve grande influência nas relações sociais, gerando duas classes sociais distintas e contraditórias. Por um lado, a “burguesia”, também chamados de “capitalistas”, que são os proprietários dos meios de produção, que visa o lucro através da extração da mais valia, e por outro lado a classe trabalhadora ou “proletariado” que por sua vez, vendem sua força de trabalho em troca de salários. Essa relação exploração resulta em acumulação de capital por parte dos donos dos meios de produção, gerando riquezas em benefícios de poucos, ampliando de forma significativa a exclusão social e cultural formando uma classe subalternizada e excluída, um aglomerado urbano em que essas pessoas vão progressivamente afastando-se e rompendo vínculos com a mesma, sujeitos esses, denominados “pobres” que acabarão vivendo à margem da sociedade, sem acesso aos mínimos sociais.

Por ‘proletariado’ devem entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do ‘monsieur capital’, como o chama Pecqueur. ‘O proletário doentio da floresta virgem’ não passa de uma curiosa fantasia de Roscher; o habitante da floresta virgem é proprietário dela e trata-a como sua propriedade, com a mesma liberdade de um orangotango. Ele não é um proletário, e só o seria se a floresta o explorasse, em vez de ser explorado por ele (...) (MARX, 2001, p. 717, nº 70).

Os “pobres” são produtos dessa relação, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar, onde desqualificado por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera

a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. Assim sendo, a pobreza, expressão direta das relações sociais “certamente não se reduz às privações materiais”. (YAZBEK, 2009 p.73,74)

As principais debilidades do sistema capitalista foram a absolutização do livre mercado, pois ao invés de levar ao paraíso, transforma o mercado numa arena implacável. Vence o mais forte. Os aspectos de justiça social acabam sendo sacrificados em nome da eficiência produtiva e a da eficiência do lucro. Leva vantagem os que produzem mais e melhor a menor custo. Os demais são eliminados do processo. Sendo que a própria concorrência gerada, leva à debilidade do sistema. Só sobrevive no meio o que tiver maior poder.

O modelo econômico Neoliberal no Brasil surgiu na segunda metade do século XX onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política ao “Welfare State” e ao Estado intervencionista. O capitalismo contemporâneo se iniciou em 1970, tendo como principal instrumento o monopolista. Com a crise no final de 1960 e o fim dos “anos dourados”, o capital monopolista criou um conjunto articulado de resposta às mudanças econômicas, políticas e sociais. Consolidou-se nesse período a mundialização do capital sustentando a dominação capitalista dos EUA, sendo financeiro e globalização.

O capitalismo monopolista da década de 1960 mostrava-se com um crescimento econômico alto e taxas de lucros consideráveis, esperava-se garantida a seguridade social aos trabalhadores. A produção em massa e a intervenção do Estado controlariam as crises. Um período próspero e com pequenas crises, procurando justificar a tragédia da II Guerra Mundial. Porém com a crise do Petróleo em 1970 o capitalismo não conseguiu manter as taxas de lucro. A grande expansão do capital é seguida por uma grande crise a recessão do Estado. No decorrer dos anos de 1970, aumentou a pressão das camadas populares reivindicando direitos.

Os monopólios envolvidos na globalização assumem o controle na direção do consumismo e aumentam a exploração da força de trabalho, com a precarização do trabalho, tendo o trabalhador que se submeter a empregos insalubres para manter o sustento da sua família, exigindo do trabalhador que se submeta a salários mais baixos para manter um emprego.

Surge então o movimento de financeirização onde as centralizações do capital pelos monopolistas geram expansão do lucro e do mercado consumidor sendo impulsionado pelo avanço tecnológico.

Conforme, Netto, José (2006, p. 224).” A concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração do poder político”. A política é conduzida pelo interesse desses grandes monopólios através de diversos órgãos conseguindo influenciar nos seus diversos interesses afetando principalmente a vida da camada mais pobre.

A economia contemporânea é marcada pela financeirização do capital, grandes desvios de dinheiro, fraude de verbas, altas taxas de lucros, tendo como razão acumulação de capital, porém um mercado muito ariscado. A circulação do comércio mudou, alterou-se a forma de consumir, hoje tudo é possível de comercializar na prestação de serviço. Tudo isso resultou na exploração maciça da mão-de-obra, precarização do trabalho e principalmente desemprego.

A política e a economia estão nas mãos da burguesia que, mantendo a concentração de poder, optam na defesa dos interesses dessa classe dominante. Onde a camada popular só tem a voz quando pressionam o Estado e a burguesia. Mesmo a garantia de direitos previstos pela Constituição de 1988, os quais são frutos de mobilização e conquista popular, seguem sob a administração da burguesia, pois são eles que detêm o poder político. Portanto o exercício da cidadania está vinculado ao poder da burguesia.

Com relação ao trabalho, mesmo que hoje se realize mais humanizado e digno do que a gênese do capitalismo, por contar com a modernidade tecnológica, não foi capaz de mudar as relações sociais, pois os princípios do capitalismo sejam eles de exploração da força de trabalho, apropriações dos meios de produção e da mais-valia pertencem inalteradas.

O desenvolvimento industrial capitalista na década de 1930 fez com quem as pessoas se deslocassem das zonas rurais para as zonas urbanas gerando o inchaço populacional nos grandes centros. Dessa forma aparecem problemas sociais como violências, alcoolismo, condições habitacionais precárias, saúde precária, grande oferta de mão-de-obra e pouca oferta de serviço gerando muito desemprego e problemas desenvolvidos. Através disso, as periferias revoltam-se e começam a reconhecer os problemas vindos da exploração da classe burguesa sobre a operária, e exigem o reconhecimento de seus direitos. A burguesia não

consegue mais acalmar a população nem o Estado, mas a Igreja sempre teve grande influência.

Após essa crise, tem-se mais resguardo no investimento do capital e começa uma nova reestruturação produtiva, mudança de território, avanços tecnológicos. Junto com isso vêm novas exigências à massa trabalhadora, bem como, a qualificação para assumir determinadas funções.

A Igreja aliada às instituições implanta o Serviço Social como profissão para acalmar a população com práticas paliativas totalmente voltadas para o interesse burguês.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no 'mundo temporal', nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

O Serviço Social como profissão é uma especialização do trabalho coletivo, parte das relações sociais existentes na sociedade do capital, geradora da "Questão Social" base da fundação da profissão. "Questão Social" é um conceito que apareceu no século XIX para designar fenômenos associados ao pauperismo, à miséria e todas as manifestações dela inerentes.

1.1.2 A ruptura do conservadorismo tradicional e o movimento de reconceituação do serviço social

O movimento de reconceituação foi um grande momento da história da profissão de Serviço Social abrangendo não apenas o Brasil, mas também a América Latina. Um momento de contemplação para a renovação da profissão visando um rompimento com o Serviço Social Tradicional Conservador. Este tinha como o objeto de intervenção o indivíduo que era visto como o problema, sem a análise da situação vivida e seu contexto histórico. Começa entre os profissionais um grande questionamento: suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional.

Sugerimos entender como Serviço Social tradicional “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais por uma ética liberal-burguesa e cuja “teleologia” consiste na correção desde um ponto de vista claramente funcionalista de resultados psicossociais considerados negativo ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável ” (NETTO,1991, p.117).

Aos profissionais de Serviço Social competia a utilização de seus conhecimentos técnico-operativos em favor da adaptação do indivíduo ao sistema social vigente, buscando eliminar com sua intervenção qualquer forma de manifestação dos trabalhadores, considerada perigosa à ordem e à disciplina, ou simplesmente, “[...] esvaziando o conteúdo político de suas reivindicações coletivas, exercendo um vigilante controle sobre as manifestações do proletariado”. (MARTINELLI, 2005, p. 121).

Sabe-se que o Serviço Social é uma profissão que nasceu vinculada ao pensamento conservador (NETTO, 2011a). As marcas de origem da profissão estão citadas no “bojo do reformismo conservador” no Brasil, estas renovam e preservam seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer evolução do Serviço Social (IAMAMOTO, 2008, p 17).

Foi da década de 60, do século XX que o profissional do Serviço Social passou a questionar a sociedade e a si próprio, sendo influenciado pela efervescência social que se estabeleceu neste período. É na atmosfera da revolução cubana e das lutas sociais que começam a crescer, forçando mudanças significativas no campo sociocultural, impulsionando um vasto processo social de questionamento da ordem estabelecida.

Em 1965 ocorre o Seminário de Porto Alegre que é considerado um Marco inicial do Movimento de Reconceituação movimento, em que a questão da América Latina perante a dependência dos Estados Unidos estava colocada como questão central do Serviço Social assim como, as ciências sociais, a Universidade, a igreja e os movimentos sociais buscam conhecer a realidade latino americana e realizar um projeto profissional latino americano. O processo de Reconceituação do Serviço Social leva-nos, hoje à assertiva de que tal processo não é somente o resultado de uma crise interna, mas o reflexo de uma série de questionamentos da própria ciência social em sua fase de constituição traduzindo as influências das diferentes

correntes epistemológicas de conhecimentos atuais.

Está no berço deste período o surgimento na América Latina dos primeiros questionamentos. Através do Movimento Reconceituação ao dito Serviço social tradicional, densamente comprometidos com o desenvolvimento do capitalismo. A profissão assume a inquietação e insatisfação deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, operativo e político. (YAZBEK, 2009, p.148). Entretanto, este ano de efervescência no interior da profissão, assim com as agitações sociais questionadas da ordem, foram atravessados com os governos militares na América Latina, que se instalaram em diversos países, silenciando, através da coerção (censura, a tortura e a cassação dos direitos civis e políticos), uma enorme parcela de sujeitos envolvidos neste processo. Sem dúvida, as ditaduras que tiveram vigências no continente deixaram suas marcas nas ciências sociais e na profissão, que depois de avançarem em uma produção crítica nos anos 60/70 (nos países onde isso foi permitido) são obrigadas a longo silêncio. (YAZBEK, 2009, p.148-149).

No primeiro momento no Movimento de reconceituação o Serviço Social estabelece as primeiras aproximações com o marxismo, devido às influências dos movimentos sociais de esquerda e setores da igreja católica, interligados à Teologia da Libertação, além da sua iniciação em prática voltada ao compromisso com classes sociais. Esta aproximação se deu através de uma leitura superficial do marxismo, pautada em obras de autores estruturalistas, como Althusser, principalmente pela dificuldade de acesso aos livros de Marx, à censura dos mesmos pela ditadura. Com isso não ocorre, nesse momento, uma aproximação ontológica do pensamento de Marx (BARROCO, 2008).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil surgiu no contexto da Ditadura Militar, com a autocracia burguesa que cerceava os direitos e reprimia a liberdade. O Serviço Social nesse cenário corresponde às demandas, que eram apenas executores das políticas sociais.

Netto (2005, p. 131) ressalta: Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua

sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Com a modernização e o incentivo do Estado para fomentar a economia, surgem novas demandas, uma expansão no mercado profissional para o Serviço Social e à necessidade de um novo profissional, se evidenciou o êxodo rural: inchaço populacional, miséria, violência, desemprego, dentre outras expressões da questão social. Com isso se dá o processo de renovação do Serviço Social.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (Netto, José Paulo, 2005, p. 131).

É através desse movimento que se constrói um perfil profissional crítico-reflexivo, na busca para aniquilar com as características assistencialistas, caritativas e paliativas de modo a viabilizar os direitos do ser humano. Ao longo do tempo, se percebe a influência do movimento na prática profissional, onde mostra os profissionais comprometidos com a intervenção nas expressões da questão social, criando estruturas mais fortes para atender as demandas efetivamente.

Assim, a Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população:

[...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa está fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162)

Essa busca deu-se por um processo dividido em três momentos diferentes, e com fundamentação teóricas distintas. Tais momentos ficam conhecidos como: Perspectivas Modernizadoras, Reatualização do Conservadorismo e Intervenção de Ruptura.

A Primeira direção conforma uma Perspectiva Modernizadora para as concepções profissionais- um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, as exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pês 64. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que se encontra no auge da sua formulação exatamente na segunda metade dos anos sessenta. Seus grandes monumentos, sem dúvida, são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis. No documento de Teresópolis ocorreu a ascensão da perspectiva modernizadora do Serviço Social.

No texto de Teresópolis, o que tem é o coroamento do transformismo a que já aludimos: nele o “moderno” triunfa completamente sobre “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente, deixando na mais secundária zona de penumbra a tensão de fundo que subjazia no texto produzido em Araxá. No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma, não apenas como concepção profissional geral, mas, sobretudo como pauta interventiva (NETTO, 2011, p 178).

A Segunda direção: Reatualização do Conservadorismo: Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas aos pensamentos críticos dialéticos de raiz marxiana.

Portanto a segunda direção para a renovação do Serviço Social chamada de Reatualização do Conservadorismo se dá por meio dos documentos elaborados nos Seminários de Sumaré ocorrido no ano 1978 e Alto da Boa Vista em 1984:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade'. (IAMAMOTO, 2000, p. 37).

A Terceira direção: Identificada no processo de renovação do Serviço Social no Brasil é a perspectiva que se propõe como a intervenção de ruptura como

Serviço Social “Tradicional”. Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador a tradição positivista quer com seus paradigmas de intervenção social reformismo conservador.

Nessa década de 1980 ocorreu uma desvalorização da profissão de Serviço social. Diante desse fato iniciada pela Escola de Serviço Social de Belo Horizonte/MG, ocorre o terceiro momento de renovação da profissão chamada de Intervenção de Ruptura:

“Essa perspectiva, ao criticar sistematicamente o desempenho tradicional e seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos, tem a pretensão de romper com a herança do pensamento conservador e do reformismo. Mesmo se constituindo do pre-1964 a intervenção de ruptura se adensa somente ao longo dos anos oitenta, expressando o processo de laicização da profissão. Isso se dá devido às mudanças ocorridas no país durante o processo de reabertura política e democratização. A intervenção de ruptura ganhou força por colocar o Serviço Social ao lado das demandas da classe trabalhadoras, não como agente legitimador da exploração”. (BASTOS, 2013).

Todavia a sociedade brasileira tomava novos contornos, a literatura marxista começa a sublimar pelas entrelinhas da ditadura e novos desenhos figuravam no contexto do Serviço Social. De acordo com Guerra (2004):

Por meio da intenção de ruptura, o serviço social brasileiro consolida a sua maturidade intelectual alcança o reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determinada o seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das ciências sociais e humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas públicas (NETTO, 1996; IAMAMOTO, 1992).

O Movimento de Reconceituação é um importante momento do Serviço Social, pois é a partir daí que surge outra visão acerca da prática profissional, voltada a uma análise crítica da realidade social, buscando assim um melhor desempenho no agir profissional ao atender as demandas da questão social, pautado em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social

1.1.3 O Projeto ético Político Profissional e a construção coletiva que orienta o exercício e a Formação Profissional

O projeto Ético Político do Serviço Social ocorreu na transição dos anos 1970 aos 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social brasileiro. Constata-se o seu amadurecimento na década de 1990, período de profundas transformações societárias que afetam a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura, o trabalho, marcada pelo modelo de acumulação flexível (Harvey) e pelo neoliberalismo.

No interior da categoria profissional, modalidades prático-interventivas tradicionais foram redefinidas, novas áreas e campos de intervenção foram emergindo, devido, sobretudo, às conquistas dos direitos cívicos e sociais que acompanharam a restauração democrática na sociedade brasileira práticas interventivas junto às categorias sociais como criança, adolescente, mulheres e outras. Nesse sentido uma categoria constrói um Projeto ético político para concretizar o que idealizou o que sonhou e sonha. E por isso podemos diferenciar os projetos societários profissionais.

Segundo Netto (1999), os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Constituem-se em projetos macroscópicos, para o conjunto da sociedade. São, portanto, projetos de classe. Com Netto, o definiríamos da seguinte maneira.

Os projetos profissionais apresenta a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p 95).

Os projetos profissionais são coletivos, apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais,

estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas, são construídos por um sujeito coletivo a categoria profissional e através da sua organização que envolve os profissionais em atividades, as instituições formadoras, os pesquisadores, os docentes e estudantes da área, seus organismos corporativo e sindicais que a categoria elabora o seu projeto profissional (NETTO, 1999).

O projeto ético-político que orienta o exercício e a formação profissional, se constitui de forma coletiva, conduzido pelas entidades representativas da categoria, qual seja, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Este projeto profissional se articula a uma perspectiva de profissão comprometida com um projeto societário que assegure de fato a emancipação humana, sendo que se expressa no Código de Ética Profissional, na Lei que regulamenta a Profissão (Lei 8.668/1993) e nas diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS, em 1996.

Nosso projeto ético político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele aponta que:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central- a liberdade concedida historicamente, como possibilitada de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p.104-105).

Nesse contexto, os valores que norteiam a ação profissional se fundamentam em 11 Princípios Éticos Fundamentais: (Conforme Lei 8662 de 13 de março de 1993).

1. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

2. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

3. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;

4. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

5. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

6. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

7. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

8. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;

9. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

10. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

11. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Mesmo que a prática do profissional não se efetive como práxis produtiva no conjunto das relações sociais, se imprime uma direção através das ações profissionais baseadas pelo projeto profissional que a norteia com seus fundamentos.

O projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo—é a disputa entre O projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário projetos societários que determina em

última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social, [...]. Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que tem a ver com as formas de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação eliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma o projeto ético político do serviço social filia-se a um outro projeto de sociedade não se confundindo com ele. (TEIXEIRA e BRAS, p 189).

O Projeto ético-político tem princípios valorativos que guiam as atitudes dos profissionais e direciona o exercício do profissional, que não é neutro, e assume uma posição que é política, diante da categoria. O projeto Ético –Político do Serviço Social atual é hegemônico, porque como profissão reconhecida tem direção e consenso da maioria dos profissionais. Constituiu-se no fundamento das ações profissionais que almejam: à liberdade, à justiça social, a efetivação da democracia, à superação de ordem social burguesa exploradora e que distorce as condições humanas. O projeto ético político se operacionaliza por meio do:

- Código de Ética de 1993: Diretrizes Curriculares de 1996, onde se mudou o objeto do Serviço Social e passou a ser “Questão Social”, modificando as disciplinas por meio do conhecimento produzido em alguma prática profissional e na Legislação e na qualificação da “questão social”.

O projeto ético político se materializa:

- Aprendendo a realidade de forma crítica, capacitando-se;
- Apropriando-se de referencial teórico crítico incorporando os valores éticos e políticos proposto, e extrapolando os dados do real concreto e revestindo-se na prática profissional com seriedade, articulação com os outros profissionais, aplicação de constante sistematização da intervenção profissional, uma crítica radical, utilizar-se de instrumentos teóricos-operativos e criticidade. Dentre os princípios éticos fundamentais que sinalizam concretamente essa intenção do projeto ético-político profissional do assistente social, podemos destacar.

Defesa intransigente dos direitos humanos [...]; Ampliação e consolidação da Cidadania [...]; Posicionamento em favor da equidade de justiça social [...] Empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos [...] e Exercício do Serviço Social sem discriminar, nem discriminar por questão de inserção de classe social, gênero, etnia, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (Resolução CFESS, 1993)

Foi através do Projeto Ético Político que o Serviço Social construiu um novo perfil profissional adequado às novas condições postas pela sociedade. Assim o projeto Ético Político torna-se a espinha dorsal da profissão de Serviço Social, na busca pela transformação e garantia dos direitos da cidadania.

Desse modo entende-se que, o Projeto Ético-Político do Serviço Social, implica compromisso com uma nova ordem social na qual se busca competências profissionais que visem formação permanente e constante postura investigativa. Torna-se pertinente o conhecimento pleno do projeto ético-político por parte dos profissionais, para que possam pautar suas ações interventivas de forma concreta nos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido conclui-se, que conhecer o projeto Ético-Político é dever de cada profissional, tendo em vista que o projeto é homogêneo, ou seja, aceito dentro da profissão. Portanto deve nortear atendimentos, planos de trabalho, projetos e demais intervenções comprometidas com questões éticas que garantam a qualidade dos atendimentos.

Ressaltamos que o assistente social irá intervir de modo que possa desmistificar o cotidiano e suas relações retificadas pela sociedade capitalista. Contudo, a busca por uma atuação na perspectiva da ampliação dos direitos e compromissos com os princípios éticos do projeto profissional, requer não perder de vista à luta por outra sociabilidade que não carregue em seu bojo a discrepância entre as classes.

Diante do Projeto Ético Político o assistente social deve proporcionar elementos de crítica à sociabilidade burguesa; identificar aliados; colocar em xeque os valores e a moralidade dominante. Em suma, “o educador precisa ser educado” (GUERRA, 2015, p.53). É preciso dimensionar e construir estratégias, visando potencializar as forças de negação da ordem social e de sua transformação, articulando princípios às suas manifestações empíricas no exercício profissional. É preciso produzir conhecimento sobre a realidade das instituições nas quais atuam e sobre objetos, demandas e respostas, enfrentando a realidade social existente, potencializando nela suas contradições, suas forças de negação da ordem social, diminuindo a distância entre as projeções e o realizado.

1.1.4 As dimensões Constitutivas do Serviço Social: Constituindo-se em diferentes níveis de apreensão da realidade da profissão, porém indissociáveis

Para analisar a profissão como parte das transformações históricas da sociedade presente é necessário transpor o universo estritamente profissional, isto é; romper com uma visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos e buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional; as condições e relações de trabalho nas quais se realizam afetam as atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social.

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: a) de um lado, as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo- apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais a esse contexto. Elas traduzem como esses limites e possibilidades são apropriados, analisados e projetados pelos assistentes sociais.

O profissional de Serviço Social atua nos diversos espaços sócio-ocupacionais, buscando colocar em prática o fazer profissional junto aos sujeitos de direitos para efetivação de suas ações tomando também como referência o projeto da profissão.

Conforme Santos (2002), o termo “dimensões” remete as propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções de seus princípios fundamentais. Em nosso caso nos referimos aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal- que está no âmbito do pensamento, da projeção a finalidade real-âmbito da efetividade da ação e suas particularidades.

Os fundamentos do trabalho do Serviço Social são aqui entendidos nas perspectivas das Diretrizes Curriculares (ABEPSS1996), ao afirmarem que a intenção do assistente social deve ser composta de três dimensões: teórico-metodológico, ético político e técnico-operativa. Essas dimensões constituem

níveis diferenciados de apreensão da realidade da profissão, entretanto, são indissociáveis entre si, formando uma unidade, apenas de suas particularidades (GUERRA, 2000).

A competência teórico-mitológica, técnico- operativo e técnico –política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classes, com seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos histórico, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS,1996, p.7)

Ademais, é importante citar as dimensões constitutivas do Serviço Social, onde estas foram apontadas para superar os desafios do serviço social na atualidade, eis que o assistente social deve dominar cada uma delas, Vale mencionar que se trata de uma articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica.

Assim, é tomando por base essas dimensões que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção profissional, a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Dessa forma, compreende-se que não se trata apenas da construção operacional do fazer, mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seus mais variados espaços sócio-ocupacionais de intervenção.

A primeira dimensão se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional. A segunda se relaciona aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam. Já a terceira faz alusão à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (GUERRA, 2012).

- **Dimensão Ético-política:** A dimensão ético-política nem sempre esteve visível na prática profissional. A mesma teve início no período de 1979 a 1985, momento que acontece o movimento de Renovação do serviço social na direção da ruptura. O debate tem dois sentidos: negação do caráter “apolítico “ e “neutro “e afirmação do compromisso com as classes

subalternas, criticando o conservadorismo. Nos primeiros momentos, a discussão sobre a dimensão ético política provocou alguns equívocos na interpretação, que se refletiram na intervenção. O assistente social não pode ser neutro, ela deve se posicionar politicamente diante da realidade, para intervir nela, e assim ter consciência de qual é a direção a ser seguida. Vale mencionar que o conhecimento do código de ética profissional é fundamental para tal atuação.

- **Dimensão Teórica- metodológica:** O profissional tem que estar por dentro da realidade e das demandas dos seus usuários, mas através de estudos mais abrangentes, segundo seu contexto histórico, com embasamentos teóricos, fugindo do senso comum e das aparências, criando formas efetivas de transformar a realidade desse usuário, mas respeitando suas especificidades. Essa dimensão se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional.
- **Dimensão Técnico operativa:** Em relação à dimensão técnico-operativa, essa deve ser concebida além das capacidades técnicas e instrumentais, incluindo o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social, visando à consecução de uma determinada finalidade, que necessita, portanto, de uma avaliação sobre o alcance desses fins e dos objetivos da ação. Nessa dimensão técnico-operativa se encontram, conseqüentemente, “estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS et al., 2012, p.20).

Dessa forma é importante salientar que, em respostas às demandas sociais da realidade e em consonância com as finalidades, objetivos, valores e princípios éticos e políticos estabelecidos em seu código de ética profissional, o/a Assistente Social Brasileiro, assume compromisso com os interesses e necessidades das classes subalternizadas, com a superação das desigualdades sociais e construção de uma sociabilidade que não mercantilize a vida.

Ressaltamos que UNIDADE não pode ser confundida com IDENTIDADE, por isso, “unidade na diversidade”, apesar de se constituírem em uma relação

intrínseca, cada qual possui uma especificidade, uma natureza, um âmbito. Ou seja, conforme já explicitado acima, a dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico-operativa é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real.

Guerra (2012) ressalva a importância de conceber a unidade dessas três dimensões, justamente no sentido de evitar concepções equivocadas que costumeiramente surgem na intervenção profissional cotidiana de alguns assistentes sociais que afirmam que a “teoria é diferente da prática”. Segundo essa autora, alguns mitos ainda rondam a profissão, dicotomizando processos que estão intimamente interligados, gerando uma ilusão de que existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que lhe sustentem e de que existem teorias sem impactos reais na vida das populações.

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente às questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996, p.14).

Compreende-se que essa vinculação entre as três dimensões expressa que o momento da prática comumente relacionado com a dimensão técnico-operativa não se dá desvinculado dos aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos. Destarte, o arsenal técnico-operativo materializado no momento da prática não se explica por si só e não existe de forma autônoma e descolada das demais dimensões.

Santos (2006) defende a compreensão da teoria como a forma que o assistente social se utiliza para apreender a realidade e as expressões da questão social que ali se encontram, compreendendo seu movimento, sua direção, suas

contradições. Portanto, a competência teórico-metodológica é indispensável para a formação profissional, pois, sem ela, uma intervenção com qualidade fica prejudicada, visto que é a teoria que vai iluminar o significado social da ação, ultrapassando, dessa forma, o conhecimento do senso comum.

As Diretrizes Curriculares trouxeram uma nova perspectiva para o Serviço Social, que passou a ser considerado enquanto trabalho e participante de processos de trabalho, expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no enfrentamento da questão social e suas expressões. Como trabalhador, o assistente social interfere nas relações sociais cotidianas no atendimento das mais variadas expressões da questão social. Mas para que esse profissional possa atuar ele necessita de bases para sua intervenção, traduzidas em fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, que irão contribuir para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à sua ação.

Assim, superar o exercício profissional do Serviço Social enquanto “prática” pensá-lo inserido em processo de trabalho, demanda apreendê-lo no movimento de produção e reprodução da vida social, na participação da produção de valor e no processo de redistribuição de riqueza na sociedade. Somente a partir dessa compreensão que se pode apreender as características específicas do processo de trabalho no qual o Serviço Social se inscreve e delinea suas particularidades.

Diante da análise das especificidades das três dimensões, podemos encontrar que elas se constituem em níveis diferenciados de compreensão da realidade em que o Serviço Social atua e, que, portanto, não podem ser fragmentadas, havendo sempre uma comunicação entre elas de forma conjunta.

A clareza do assistente social da necessidade de articulação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos tem implicações diretas na atuação desse profissional, pois a condensação dessas dimensões, juntamente com a formação e o exercício profissional, são expressões da materialidade do Projeto Ético Político do Serviço Social no cotidiano.

1.1.5 A evolução dos códigos de Ética como pressuposto do Agir Profissional

A profissão de Serviço Social na atualidade tem um respaldo muito

importante, deixando de lado a velha imagem de um profissional “bonzinho”, hoje, o assistente social trabalha conforme a realidade econômica e sócio-política do país, com trabalho remunerado, no sentido de assegurar as necessidades da população na área da saúde, educação, habitação, lazer, entre outras. A primeira regulamentação da profissão se deu em 27 de agosto de 1957 pela lei nº 3.252. Esta lei foi revogada e substituída pela lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, pelo então Presidente da República Itamar Franco.

A profissão possui um código de ética onde constam as competências do Assistente Social que se encontra no artigo 4º da lei 8662 de 13 de março de 1993, sendo elas elaborar, programar, executar, avaliar políticas sociais, coordenar, avaliar planos, projetos, organizar benefícios e serviços sociais... Já no artigo 5º constam as atribuições privativas do assistente social, dentre elas: coordenar, elaborar, executar, supervisionar, avaliar estudos, assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, fiscalizar o exercício profissional através do Conselho Federal e Conselhos Regionais do Serviço Social.

O código de ética possui um conjunto de direitos e deveres postos para os Assistentes Sociais, dentre eles: Direitos, Inviabilidade do local do trabalho, arquivos, documentação, garantindo o sigilo profissional, ampla autonomia no exercício da profissão, manter o sigilo profissional para proteger o usuário, dentre outros. Já os deveres são: Abster-se no exercício da profissão, de práticas que caracterizam a censura, cerceamento da liberdade, policiamento dos comportamentos, garantir plena informação, respeitar democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários aos valores e as crenças... Os principais órgãos de representação da categoria do Serviço Social são: Conselho Federal de Ensino ao Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa ao Serviço Social (ABEPSS) e um órgão de importante respaldo o CRESS - Conselho Regional de Serviço Social que fiscaliza o exercício profissional do Assistente Social.

Apoiado nesse referencial, o Código de Ética e os valores no âmbito das práxis, que tem no trabalho de seu modo de ser mais elementar: a ética e os valores são concebidos como produtos das práxis: “Os valores são determinações da prática social, resultante da atividade criadora tipificada no processo de trabalho[...]” (CFESS, 1993, P15).

O Código de ética Profissional é um documento com diversas diretrizes que orientam os profissionais quanto a sua postura e atitudes, moralmente aceitas ou toleradas pela sociedade, norteando a uma conduta politicamente correta, da entidade e do profissional. Visando algumas atividades profissionais, regidas, analisadas e aprovadas pela sua entidade de classe, organização ou governo competente, de acordo com as atribuições das atividades desempenhadas, de forma que venha a se adequar aos interesses, lutas ou anseios da comunidade beneficiada pelos serviços que serão oferecidos pelo profissional sobre o qual o código é imprescindível para sua atuação.

É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teologicamente projetiva, consciente: é por esta socialização que se põe como ser capaz de liberdade. (CFESS, 1993, p.15-16)

O referido documento nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p.77).

O decurso histórico dos Códigos de Ética do Assistente Social é marcado por mudanças, assim como os valores e os fundamentos que legitimaram cada código em seu determinado tempo. É válido considerar uma breve análise da trajetória das mudanças obtendo os Códigos de Ética do Serviço Social de 1947, 1965, 1975 e 1986 como parâmetros metodológicos para assim, visualizar o cenário atual, de predominância dos valores do Código de Ética de 1993, dando destaque à liberdade, e, como se constitui o projeto profissional contemporâneo do Serviço Social.

1- Código de ética de 1947: baseado na moral e na caridade cristã, voltado para a questão religiosa. Tratava com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.

2- Código de ética de 1965: Instrumento de orientação e apoio, que se destinava a profissionais de vários credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos. Visava os direitos do homem e exigências do bem comum.

3- Código de ética de 1975: Nesse código de ética, o serviço social começa a ser reconhecido como profissão liberal, incluída entre as de nível universitário. Traz como dever do Assistente Social (...) “esclarecer o cliente quanto ao diagnóstico, prognóstico, plano e objetivos do tratamento, prestando a família ou aos responsáveis os esclarecimentos que se fizeram necessário”.

4- Código de ética de 1986: O código tinha uma nova visão de sociedade e não atrelava o Serviço Social ao capitalismo. Tratava-se de um Serviço Social inovador e que fazia a diferença na sociedade.

5- Código de ética de 1993 – O presente código de Ética expressa os princípios, diretrizes norteadores da prática profissional determinados socialmente. Estão impressos em forma de direitos, deveres e proibições agrupados em títulos e capítulos. Esse código de Ética Profissional destaca, como princípios fundamentais que devem direcionar o trabalho do Assistente Social.

Dessa maneira, os primeiros Códigos de Ética (CE), em destaque o de 1947, 1965 e 1975, marcam esse período histórico e expressam o primeiro momento de defesa do projeto societário, conservador e tradicional. Ambos os códigos visualizavam a relação dos problemas sociais com a decadência moral dos indivíduos, tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e às autoridades à qual não se questionava, além de uma visão a-histórica, metafísica e idealista sobre o homem.

O Código de Ética de 1993 (CE/93), vigente até os dias atuais, marca de fato o segundo momento da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, possuindo uma perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade de classes. É organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos, e, também parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012). É no referido código que se encontrará o conteúdo axiológico que dá subsídios para construção do novo projeto ético-político da profissão, que nega a sociabilidade de exploração do homem pelo homem posto

pelo sistema capitalista, passando a afirmar o compromisso com a classe trabalhadora, tendo em vista a construção de outra sociabilidade, ou seja, uma nova ordem social. Esse novo olhar crítico da profissão tem por pressuposto teórico-metodológico a teoria social de Marx, que objetiva justamente uma leitura crítica da sociedade capitalista, observa que a realidade dos indivíduos é histórica, e, estão em meio a processos econômicos, políticos, sociais e culturais. A estrutura social é complexa e marcada por antagonismos de interesses, em que na sociedade capitalista, se expressa pela luta das classes sociais (FRANÇA, 2013). A teoria social de Marx marca a consolidação da direção social da profissão, sua direção ético-política, ou seja, a ruptura e negação da ética de caráter conservador, em prol de um compromisso político com a classe trabalhadora, reconhecimento do homem enquanto ser social, com potencialidades concretas a serem desenvolvidas num processo sócio-histórico. Dessa maneira, a ética profissional passa a compreender a sociedade de classes que expressam conflitos por possuírem necessidades antagônicas. Essas contradições apenas serão superadas, conforme a teoria social de Marx, quando a classe trabalhadora obtiver consciência enquanto classe e buscarem realizar a superação da ordem burguesa.

O Código de Ética de 1993 indica princípios fundamentais a serem apreendidos pelos profissionais, e, destacam-se como princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade, a defesa aos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional que vise à construção de outra forma de sociedade (sem exploração). Como também a articulação com movimentos sociais, compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação (de classes sociais, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física e mental) (CFESS, 2011).

Para categoria Profissional o Código de Ética trouxe uma inovação para a ética profissional. O destaque refere-se ao reconhecimento das categorias de etnia e gênero – configura identidade e particularidade dos indivíduos sociais – com a ampliação das proposições interventivas do/a assistente social que contempla uma perspectiva da totalidade. São visualizados os conflitos entre grupos na sociedade. Este último código busca por meio deste princípio o reconhecimento da igualdade entre os homens e mulheres, e, oportunizar o respeito às diferenças étnicas, de

gênero e orientação sexual, por meio da eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação (CARDOSO, 2013). A compreensão e o reconhecimento de todos esses valores, por parte dos assistentes sociais, indicam intervenções pautadas no reconhecimento da emancipação humana e plena expansão dos indivíduos como demanda inerente à liberdade. Além disso, o contato da categoria profissional com a categoria da ontologia do ser social intensificou a construção de uma projeção ética e política da profissão o que fortaleceu o denominado: projeto ético-político.

Foi a partir de uma construção coletiva e crítica que os códigos de ética foram se alterando anos após anos e se aperfeiçoando em prol de intervenções pautadas na liberdade e na emancipação humana. A categoria profissional aposta numa intensiva construção de uma projeção ética e política da profissão, fortalecendo em seu cotidiano profissional, o projeto ético político, através da compreensão e do reconhecimento dos valores preconizados pelo código de ética atual. Nossa função é programar ações e executar nossa profissão, baseada nos princípios Éticos, na liberdade de expressão e autonomia em busca da justiça Social.

1.2 CAPÍTULO 2: A Importância dos Programas de Transferências de Renda na vida Cotidiana das Famílias beneficiárias

Neste capítulo mostraremos que os programas de transferências de renda têm produzido impactos significativos na vida de seus beneficiários, amenizando de forma imediata as problemáticas da “Questão Social” e suas expressões dentre elas, a pobreza e a extrema pobreza.

Enfatizaremos que os programas vem colaborando de forma positiva o enfrentamento da evasão escolar, o acesso à saúde e assistência social, avaliando estes, como programas não assistencialista, dando amplitude às ações, onde existe necessidade reprimida por alimento e insumos básicos para uma vida digna (água, limpeza material escolar) levando os beneficiários a ter um conhecimento aos seus direitos para o enfrentamento da pobreza, buscando a autonomia, liberdade de expressão e conquistas diante da sociedade, sendo motivado a lutar pelas mudanças sociais e contextos de vida.

1.2.1 O Surgimento e os Objetivos dos Programas de transferência de Renda

Os Programas sociais são iniciativas destinadas a melhorar as condições de vida de uma população. Nesse assunto, serão apresentados dados e informações sobre algumas iniciativas do governo voltadas à população de baixa renda do Brasil.

Entendemos que os Programas de Transferência de Renda são programas que beneficiam indivíduos ou famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza por meio de transferência monetária.

Ações e programas complementares visam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Desde os anos de 1940 tinha-se um questionamento sobre como prover assistência às famílias com poucas condições de ter os mínimos sociais básicos para a enfrentamento da pobreza. O idealizador do projeto de ajuda foi Herbert Jose de Sousa conhecido como um defensor dos direitos humanos, ativista e sociólogo. Através do conhecido Betinho os direitos humanos brasileiros tiveram um grande impacto na vida dos brasileiros. Conforme NETO:

[...] pela primeira vez adotada e defendida pelo governo brasileiro na história republicana, segundo a qual os direitos humanos não são apenas direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais, tanto dos indivíduos quanto das coletividades (...) a afirmação desta nova concepção fez que o Estado brasileiro e os estados da Federação passassem a estar obrigados a proteger não apenas os direitos humanos definidos nas constituições nacionais e estaduais, mas também os que, definidos em tratados internacionais, foram reconhecidos como válidos para aplicação interna pela Constituição de 1988 (PINHEIRO, NETO 1997, p.123).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso finalmente quando pensando na melhoria de vida da população os programas de distribuição de rendas foram implantados com efetivação no Brasil. Alguns dos programas com parcerias com ONGs, todos os programas estavam agrupados na chamada Rede de Proteção Social de cobertura nacional. Apostar em relações humanas articuladas entre pessoas e grupos que, no debate do ajustar intenções e ações de forma coletivas e produtivas para combater a pobreza, introduzindo ações públicas

coordenadas contra suas causas estruturais e transferências diretas de renda aos cidadãos.

Esta rede estrutura um “meio” que, a cada momento e situação, captura e recorta o fluxo de comportamento das pessoas, tornando-os significativos naquele contexto. (...) Pessoas e redes de significações sofrem mútuas e contínuas transformações, canalizadas por características físicas e sociais do contexto, numa dinâmica segmentação e combinação de fragmentos de formações discursivas e ideológicas, experiências passadas, percepções presentes e expectativas futuras (ROSSETTI-FERREIRA, 2000).

No mês de outubro de 2003, por meio da Medida Provisória N^o 132 convertida na Lei n^o 10.386/2004, foi criado o Programa Bolsa família (PBF), que unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda então existentes que unificou os seguintes programas anteriores:

- Programa Nacional de renda Mínima vinculada à Educação-Bolsa Escola (Lei n^o 10.219, de 11 de abril de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso);
- Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto n^o 3.877, de 24 de julho de 2001-Governo Henrique Cardoso);
- Programa Nacional de Renda Mínima vinculada a saúde – Bolsa Alimentação (medidas Provisória n^o 2.206-1 de 6 setembro de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso);
- Programa Auxílio-Gás (Decreto n^o 4.102, de 24 de janeiro de 2002 - Governo Fernando Henrique Cardoso);
- Programa Nacional de Acesso à alimentação-Fome Zero (Lei n^o 10.689 de junho de 2003 - Governo Lula);
- Tal unificação decorreu de vários fatores que Soares e Satyro apud Leite & Peres (2005).

Cada programa federal tinha sua agência executora e a coordenação entre elas era mínima. Os sistemas de informação desses quatro programas eram separados e não se comunicavam, de modo que uma Família poderia receber todos os quatros, enquanto outra, vivendo em condições iguais, poderia não receber transferência alguma. Os valores dos benefícios e critérios de inclusão variavam entre programas, de modo

que o governo federal estava fazendo transferências distintas, para famílias em situações semelhantes. [...] Como nenhum dos programas cobria todo o território nacional, havia ainda programas estaduais e municipais. [...] o que existia não se aparecia, mesmo remotamente, com um sistema de proteção social (SOARES; SATYRO apud LEITE; PERES, 2015 p.633).

Segundo Silva (2007), são vários os fatores identificados e diagnosticados com problemas neste período de transição do governo em relação aos programas fragmentados como sendo decorrentes da:

[...] existência de programas concorrentes e sobreposto nos seus objetivos e no seu público-alvo: ausência de uma coordenação geral dos programas, gerando desperdício de recursos; ausência de planejamento gerencial dos programas e dispersão de comando em diversos ministérios; orçamentos alocados insuficientes; não alcance do público alvo conforme os critérios de elegibilidade dos programas. (SILVA, p.1433).

Seus objetivos primordiais são o combate à fome e à miséria, promover a reinserção social e a emancipação das famílias mais pobres do país. A execução do Programa Bolsa Família se dá através de um programa de transferência de renda destinada às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 170,35 mensais, que associa a transferência do benefício financeiro aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social. O Programa Bolsa Família integra a estratégia FOME ZERO que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. O programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza através das seguintes finalidades:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício dos direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação por meio do cumprimento das condicionalidades, quais sejam, a frequência escolar e a atualização da carteira de vacinação;

- Coordenação de programas complementares, que tem por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do PBF consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p.47):

Independente de críticas e elogios, o Programa de Garantia de Renda Mínima tem o mérito, inquestionável de ter iniciado o debate sobre a renda mínima na opinião pública brasileira, inspirando a criação de um imenso conjunto de Programas de Transferência de Renda em implementação por iniciativa de município, estado e pelo Governo Federal. Tratar-se de uma modalidade de programas sociais não sofactíveis, mas prevalentes no âmbito do Sistema Brasileiro de Proteção Social no adentrar do século XXI.

As experimentações acima citadas foram pioneiras e referências para as subseqüentes em todo o território nacional. Também foi implantado em 1996 outro programa de Transferência de Renda, o Benefício de Prestação continuada (BPC), que se constitui em transferência monetária de igual a um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência, a idosos.

Estas ações, até esta data, possuíam regras específicas, baseavam-se em algum ponto em registro administrativo independentes e acabaram tendo, via de regra, escala reduzidas, permitindo, assim, lacunas e sobreposição de cobertura (COTTA e PAIVA, 2010).

Entre 2003 e 2010, o programa passou por um processo de consolidação, especialmente nas suas duas primeiras frentes a transferência de renda e o acompanhamento de condicionalidades. Evidências de seus impactos sobre a pobreza, a educação, e a saúde começaram a se acumular. Outros motivos de grande importância, como o aumento real dos valores do salário mínimo e os próprios avanços educacionais ocorridos no país durante esse período também tiveram grandes impactos na redução da pobreza e na inédita queda da desigualdade de rendimento (BARROS et al. 2010a), permitindo que, em 2011, fosse possível vislumbrar a superação da extrema pobreza como uma possibilidade concreta (OSORIO et al. 2011).

Conforme as articulações de enfrentamento à pobreza via Programas de Transferência de Renda e marcada consolidação do governo, sendo legitimada como forma mais eficaz, reduzir os níveis de miséria e combate.

Com a implantação do Programa Bolsa Família, por exemplo, obtiveram-se melhorias visíveis nas famílias beneficiárias em inúmeros fatores: índices de problemas gestacionais reduzidos, menor número de adolescentes grávidas, maior número de crianças bem nutridas, aumento de crianças vacinadas regularmente, maior frequência escolar, bem como, maior índice de aprovação escolar, sendo esse alcançado pelo fato dos programas exigirem frequência mínima nas instituições de ensino. Outro dado importante verificado refere-se à diminuição do trabalho infantil, dado que se apresenta de forma inversa nas famílias não assistidas pelos programas sociais, onde os casos de trabalho infantil são significativamente maiores.

1.2.3 Os principais Programas de Transferência de Renda do Brasil

Os Programas de Transferência de Renda se constituem um tipo de programa social. A segurança social de renda, de competência da Assistência Social, é operada por meio da concessão de bolsas/auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com presença (ou não) de contrato de compromissos; e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

Ressaltamos os Programas de Transferência de Renda que auxiliam as famílias no enfrentamento da pobreza ou de extrema pobreza. Um grande avanço no desenvolvimento das famílias Brasileiras. Em 2003 de forma tímida com a junção de programas existentes efetiva-se o Programa Bolsa Família com um programa de complemento de renda para as famílias de baixa renda ou nenhuma. Segundo Campello (2015, p 13), o Programa Bolsa Família teve como objetivo contribuir para a inclusão social das famílias em situação de miséria, a fim de estimular avanços da saúde e educação interrompendo o ciclo de pobreza reproduzida entre gerações nos segmentos sociais vulneráveis. Para isso precisou unificar os programas de transferência de renda no Cadastro Único para programas

sociais (CadUnico), como estratégias federativas de gestão para garantir a oferta e acessos a serviços básicos de cidadania, mas com as devidas condicionalidades. Assim conclui que o programa atingiu seu objetivo e superou as expectativas nos impactos de condições de vida da população.

Assim Mercadante (2010, p.362): Criado no final de 2003, o “Programa Bolsa Família transformou-se em pouco tempo em uma das iniciativas mais exitosas de redução de pobreza e de inclusão”. Mesmo o autor deixa claro que não se trata apenas de um programa assistencialista:

O programa Bolsa Família comporta três eixos de atuação: a transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias em situação de pobreza: o acesso efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social; e a integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil voltado ao desenvolvimento de alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres. (MERCADANTE, 2010, p. 363).

A redistribuição da renda por meios de programas de transferência de renda é, sem dúvida, paliativa diante das necessidades existentes, porém pode constituir um recurso importante para possibilitar sua saída do círculo vicioso da pobreza. Entende-se por círculo vicioso da pobreza a falta de investimentos na melhoria e mudança das condições de vida, mantendo-se assim uma população estagnada na situação de pobreza em que se encontra, ou seja, por não, por ter condições financeiras de investir em melhores condições de vestiário, de moradia, de alimentação, de educação entre tantas outras necessidades (MANTEGA, 1984; SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2006). Ela perpassa gerações, causando assim um ciclo intergeracional de pobreza , quando não se vislumbram mudanças nesse patamar devido as possibilidades que lhes são oferecidas. É preciso romper com esse ciclo dando às famílias que se encontram envolvidas nele condições financeiras e de acesso a meios qualificados que possibilitem que elas avancem e não retornem ao ponto de partida

No ano de 2005 é implantado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no SUAS as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o, território onde as pessoas moram considerando suas demandas e necessidades”. (BRASIL/MDS, 2008 p. 36), nesse pensamento os programas, projetos, serviços e benefícios devem ser desenvolvidos nos territórios que há maiores índices de

vulnerabilidade e devem ter como foco a atenção às famílias, dessa forma os programas de transferência de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) são organizados dentro dos sistemas de proteção do SUAS.

Os Programas de transferência de Renda (PBF) atende as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, utilizando um limite de renda para definir esses dois patamares.

- Todas as famílias com renda por pessoas de até R\$89,00 mensais;
- Famílias com renda por pessoas entre R\$89,00 e 178,00, desde que possuam criança ou adolescente de 0 a 17 anos em sua composição. O Valor que a família recebe por mês e a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada familiar recebe dependem da composição (número de pessoas, idade, presença de gestante) e da renda da família beneficiária.

Quadro 1: Benefícios variáveis (até cinco por família)

<p>Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.</p> <p>R\$ 41,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição.</p> <p>É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.</p>
<p>Benefício Variável Vinculado à Gestante</p> <p>R\$ 41,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição.</p> <p>São repassadas nove parcelas mensais. O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.</p>

<p>Benefício Variável Vinculado à Nutriz.</p> <p>R\$ 41,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. São seis parcelas mensais.</p> <p>Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.</p>
---	--

Fonte: Os autores (2020).

Além dos citados acima:

- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 48,00 (até dois por família): pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes.
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família: pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.
- O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por pessoa.

Outro ponto forte dos Programas de Transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou pessoas com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Situado no contexto dos programas de transferência de renda monetária que atualmente já constituem o núcleo central Brasileiro de Proteção Social (Silva, 2012), o BPC vem ganhando destaque principalmente devido ao seu público-alvo e a lógica que tem orientado sua concessão, caracterizando-se, desde sua implantação em 1996, por extrema seletividade.

Assim, podemos verificar que o BPC traz como marca uma abrangência limitada, tanto no que se refere aos segmentos atingidos, como no que diz respeito aos critérios de elegibilidade. Nesse sentido (2002, p.4) afirma que:

Este benefício contradiz o aspecto de um programa de renda mínima que deve ser universal e, neste caso específico nem todos os idosos e pessoas portadores de deficiência tem direito a receber este benefício, condições, pois, ao determinar limite para idade (acima de 67 anos independente), excluir parcela considerável deste grupo de pessoas.

Desde a sua instituição, pela Constituição Federal de 1988, regulamentação pela Lei Orgânica na Assistência Social, em 1993, e implantação 1996, o Benefício vem sendo alvo de aperfeiçoamento em seus processos para que seja acessado a aqueles que dele necessitam. O intuito é fazer garantir direito previsto constitucionalmente e estreitar as relações entre benefícios e políticas de proteção social. A publicação do Decreto nº 8805, em julho de 2016, é fruto dessas mudanças e traz alterações importantes, como podemos citar:

- BPC (Benefício de Prestação Continuada ao Idoso) é conhecido o direito (caso não haja outros elementos de indeferimento, como não cumprimento de exigência, existente de outro benefício da Seguridade social);
- O BPC da Pessoa com Deficiência é com agendamento das avaliações social e médico-pericial para avaliação da deficiência;
- O BPC da Pessoa com Deficiência é com agendamento das avaliações social e médico-pericial para avaliação da deficiência.

Os beneficiários do BPC, ao serem incluídos no Cadastro Único, podem e devem acessar de acordo com os critérios de seleção de cada programa, outras políticas sociais, de acordo com os critérios de seleção de cada programa, outras políticas sociais, como a carteirinha do Idoso, que garante a pessoa idosa acesso a passagens interestaduais no transporte rodoviário, gratuitas ou com desconto de, no mínimo, 50%; a Identidade Jovem (ID Jovem), voltada para jovens de 15 anos a 29 anos, que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artísticos culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou desconto no sistema de transporte coletivo interestadual; além de isenção de taxas para o Exames Nacional do Ensino Médio(ENEM) e para concursos públicos. O BPC não pode ser

acumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social (como seguro desemprego, a aposentadoria e a pensão) ou outro regime, exceto com benefício da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e a remuneração advinda de contrato de aprendizagem.

Assim os Programas de Transferência de Renda, correspondem ao amparo da vida de muitos brasileiros no estado vulnerabilidade social e fazem a diferença da vida dos mesmos, dando-lhes oportunidades de uma vida mais digna.

Corroboramos com Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 36- 37) destacam que no Brasil existem duas principais formas de orientações político-ideológicas que inspiram as iniciativas de transferência de renda e são:

- a) Transferência de Renda enquanto programas compensatórios e residuais cujos fundamentos são os pressupostos do mercado, orientados pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Têm como objetivos garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza;
- b) Transferência de Renda enquanto programas de redistribuição de renda, orientados pelo critério da Cidadania Universal, tendo como fundamentos pressupostos redistributivos.

Nesse caso, o objetivo é alcançar a autonomia do cidadão e a orientação é a focalização positiva capaz de incluir todos os que necessitando benefício ou os cidadãos em geral, visando à garantia de uma vida digna para todos. O impacto desejado é a inclusão social.

A atuação do Serviço Social é de extrema importância, pois auxilia no acesso e possível garantia dos direitos dos seus usuários, independente da área, local ou âmbito que atue. Mesmo que o Assistente Social não atue diretamente com o usuário seu trabalho é voltado a promover e viabilizar essa garantia. A Assistência

Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para obter contingências sociais e à universalização dos direitos sócias.

Em suma, a Assistência Social promove atendimento às necessidades sociais regulado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através de programas, projetos e *serviços socioassistenciais*, destinando benefícios e serviços a pessoas que nunca contribuíram para tal sistema, e para lidar com a pobreza extrema, foram desenvolvidas Programas de Transferência de Renda (PTRs), e no Brasil com cerca de 40 milhões de beneficiários, entre essas programas se encontra o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com a finalidade principal de subsidiar os mínimos sociais para a população mais carente economicamente, buscando efetivá-los enquanto sujeitos em busca de melhor qualidade de vida. Isso se faz diante da comprovação de real necessidade, frente aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo programa para que o sujeito possa tornar-se beneficiário.

Todas as ações em busca da igualdade e da justiça social para a classe empobrecida em que considere o ser humano apenas como objetos ou meio, de alcançar objetivos, têm-se uma ausência de cidadania, pois os indivíduos passam a significar ‘coisas’, passam a serem tratados como tal, os programas de transferência de renda devem “funcionar como uma espécie de alavanca para incluir no circuito dos bens, serviços e direitos existentes na sociedade grupos sociais injustamente impedidos dessa participação” (PEREIRA, 2001, p, 226). Portanto, não se pode visualizar os programas de transferência de renda apenas como concessão de um valor mensal em abatimento somente da pobreza absoluta, mas para a desigualdade social, que vem aumentando cada vez mais distância entre ricos e pobres, identificada com o extensivo processo de exclusão.

1.2.4 A Efetividade dos Programas de Transferência de Renda

No contexto da efetivação dos Programas de Transferências de Renda as políticas redistributivas criaram a possibilidades dos programas e dos benefícios socioassistenciais uma mudança de vida e emancipação dos seus benefícios.

O desenvolvimento econômico vigente no país tem determinado estruturalmente e sistematicamente situações práticas contrárias aos princípios éticos gera: desigualdades crescentes, injustiças, rompem laços de solidariedade, reduz ou extingue direitos, condições de vida cada vez mais indignas. Segundo Araújo (2004.p 03):

Transferência de renda assume relevância na sociedade brasileira, como estratégia de enfrentamento da pobreza, tendo como eixo central o repasse monetário articulado à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias.

Silva e Silva (2004 p. 36-37) mostram que os debates referentes aos Programas de Transferência de Renda os situam como “possibilidade de solução para a crise do desemprego e o enfrentamento da pobreza, sendo defendidos por políticos, organizações sociais e estudiosos das questões sociais de diferentes matizes teóricas”.

Tais programas têm por objetivos garantir autonomia aos indivíduos, enquanto frágil consumidor, amenizando os efeitos mais perversos dos efeitos da pobreza e desigualdade social, desconsiderando o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra o desestímulo ao trabalho. Sob tal perspectiva, constata-se que os resultados se reduzem à mera reprodução da pobreza, visando apenas garantir padrões mínimos de sobrevivência. Ao referir-se ao princípio do respeito à autonomia, Marques e Maia (2007 apud RAMOS, 2008, p. 26) “a autonomia envolve a capacidade de deliberar, julgar, escolher e agir de acordo com diferentes linhas de ação, tanto na vida privada quanto na pública”. A autonomia é uma conquista tanto individual como pública e depende das relações sociais de cada indivíduo que como tal interpreta e transforma seus desejos, necessidades e interesses coletivos. É algo conquistado e implica protagonismo, participação, questionamento e diálogo crítico. Ainda, segundo Marques e Maia (2007) citando Habermas destacam que “a autonomia está atrelada aos processos de formulação dos direitos e das políticas sociais, os indivíduos, enquanto sujeitos do direito, só conseguirão autonomia se entenderem a si mesmos e agirem como autores dos direitos aos quais desejam submeter-se como destinatários”.

Sendo assim, a autonomia é essencial para a conquista e exercer da cidadania, porém as relações sociais que foram construídas no Brasil sempre confiscaram o real sentido de cidadania. Esta afirmação é visível nas palavras de (YAZBEK, 2003, p. 80):

A alienação dos subalternos aparece como uma resultante do controle e da subordinação do homem à trama de relações constitutivas da ordem capitalista e se expressa no não reconhecimento dos indivíduos em um mundo que eles mesmos criam. Assim sendo, reduz o indivíduo a um objeto que confere a outras decisões sobre sua própria.

Diante do exposto podemos concluir em quaisquer relações sociais em que os indivíduos são considerados apenas como objeto de intervenção, não há presença de cidadania e tão pouco de protagonismo. Isso porque cidadania implica antes de tudo, a existência de autonomia dos indivíduos ou grupos, eximindo-se de posturas de tutela e alienação.

Reafirma-se a inserção dos Programas de Transferência de Renda no campo de tensões e disputas políticas que remete aos desafios históricos na área das políticas sociais, e particularmente na área dos direitos sociais. Relembra uma série de conflitos sociais e políticos articulados no denominado movimento de rearticulação da sociedade civil em busca pela ampliação e garantia dos direitos sociais. Segundo Barroco (2008, p. 44) “a partir do momento em que os indivíduos incorporam determinados papéis e comportamentos, reproduzem-nos espontaneamente, donde a tendência da vida cotidiana: as escolhas nem sempre significam um exercício de liberdade”

É neste cenário repleto de tensões e desafios que os Programas de Transferência de Renda circulam, situam-se num espaço, no qual direito e “carência” se confrontam, trazendo à tona o dilema e a complexidade da relação entre o Estado, a sociedade e as políticas sociais no que se refere ao universo que é público dos direitos. Num contexto em que, problemas estruturais recentes, somados aos problemas já existentes na sociedade brasileira, vêm produzindo um acirramento da desigualdade social, desestruturando e minimizando formas de existência, padrões de sociabilidade, relações de pertencimento social. O que tende a solidificar a instabilidade e a precariedade como estado definitivo, eximindo a esperança de novas possibilidades.

1.2.5 As Legislações Brasileiras que garantem os Programas de Transferência de Renda como Acesso aos Direitos Sociais

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para programas Sociais (CADUNICO) do governo federal foram sem dúvidas, uma grande conquista importante para a proteção social brasileira. Além do Programa Bolsa Família(PBF) e da crescente ampliação do acesso ao Benefício de Prestação Continuada(BPC), os resultados positivos se devem também à implantação do SUAS no país, a partir de 2005, e aos investimentos em serviços, programas, projetos socioassistenciais e no aprimoramento da gestão particularmente incrementados a partir do ano de 2005, em razão das agendas prioritárias nacionais que passam a incorporar o sistema e suas ofertas(BRASIL, 2012d). Para Jaccoud (2009, p.58) a proteção social pode ser definida como “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”.

Os modernos sistemas de proteção Social não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades. Muito mais do que isso, eles representam forma histórica de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações que, há pelo menos, três questões: quem será? Como será protegido? Quanto de proteção (YAZBEK, DI GIOVANNI, 2004, p.16).

De acordo com Sposati (2009) a proteção social não contributiva nasce do princípio da preservação da vida e do respeito à dignidade humana, expresso nos direitos fundamentais inscritos pela Constituição Federal (CF) e que remete à provisão, à noção de segurança social. De acordo com o que nos mostra a Constituição Federal de 1988:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Art.5 Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

O ano de 2004 constituiu um marco na trajetória da construção do novo modelo de proteção social brasileiro, com a criação do Ministério de desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), a instituição do PBF e aprovação, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Cria-se o Centro de Referência Social (CRAS) e o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Programa de Atenção Integração à Família (PAIF) que é reconhecido como responsável pelo acompanhamento às Famílias no âmbito da proteção social básica do SUAS, prioritariamente às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Em 2005, com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas), regulamenta-se o SUAS dando-se início a uma nova sistemática de gestão de financiamento público, com repasses continuados e transferências regulares e automáticas operacionais diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos de Assistência Social dos municípios, Distrito Federal e estados. Estavam lançadas as bases estruturantes para a implementação no Brasil, de um sistema público, democrático e participativo, com descentralização político-administrativa, primazia da responsabilidade do Estado e parceria com a sociedade civil, por intermédio da participação nos conselhos e das ofertas pelas entidades de assistência social. O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão e a organização da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, com comando único considerando os níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Para efetivar o acesso dos cidadãos brasileiros à essa política, o SUAS utiliza como sua principal ferramenta o Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal para a garantia do acesso aos direitos sociais.

O Cadastro Único tenha sido criado em 2001, pelo decreto nº3877, como um instrumento a ser utilizada pelos programas focalizados de transferência de renda do Governo Federal, sua consolidação só ocorreu de fato com a implementação do Programa Bolsa Família (PBF) que unificou os programas de transferência de renda existente até 2003. (BARTHOLLO et al.,2010).

O Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 Art. 2º-O Cadastro Único para Programas Sociais-CadUnico é instrumento de identificação e caracterização

socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para a seleção de beneficiário e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

§1º- Na operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, definido pelo art. 20 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro 1993, e facultada a utilização do CadÚnico, na forma estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), direito garantido pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/93 e pelas Leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011, que alteram dispositivos da LOAS; e pelos Decretos nº 6.214/2007, nº 6.564/2008 e nº 7.617/2011, assegura 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

O benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com setenta anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1995, art. 1º.) O conceito acima está presente no Decreto 1.774 de 1995. Esse decreto regulamentou o benefício desde a sua implantação até outubro de 2007. Nele, não se faz qualquer menção ao dever do Estado quanto à prestação de serviços sócio assistências aos usuários do BPC ou da articulação com as demais políticas setoriais. Da mesma forma, as instruções normativas, as ordens de serviços, os manuais e os materiais publicitários relacionados ao BPC não o fizeram até 2003. O Decreto 1.744/1995 não abarcou a totalidade da LOAS. Ele também apartou dela as obrigações para garantia de que (i) os programas da assistência social deveriam qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e seus serviços por meio de ações integradas e complementares em articulação com as demais políticas e; (ii) que os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa com deficiência teriam que ser devidamente articulados com o benefício de prestação continuada. Ele retrocedeu o direito em relação às LOAS, transformando-

o novamente em uma modalidade de política social restrita à renda. Esse decreto vigorou até setembro de 2007. Assim, é possível inferir que a implantação e implementação do BPC apresentam uma estreita relação como o direito limitado à transferência de renda que estava no Decreto 1.744/1995.

Ressaltamos, portanto a necessidade de fortalecimento da articulação da Assistência Social com as demais políticas socioeconômicas setoriais, no sentido de tornar eficiente a feição universal dessas políticas, principalmente a saúde e a educação com o objetivo central de se trabalhar com as perspectivas de superação da exclusão social. Assim reafirmamos o artigo 4º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

§ II- “A universalidade dos Direitos Sociais, afim de tornar o destinatário da ação social, alcançável pelas demais políticas públicas”

Sobre o que diz a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004: Art.: Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único- O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação-Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso a Alimentação-PNAA, criado pela Lei nº10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada a Saúde- Bolsa Alimentação, instituído pela medida provisória nº2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo decreto nº4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de Julho de 2001.

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

- I - Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.
- IV - Combater a pobreza;

V - Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Enquanto programas como o Bolsa Família, garante a 8 milhões de famílias o acesso a um benefício monetário, cujo montante apresenta somente 0,3% do PIB, à política de juros do Governo Federal transfere anualmente a poucas famílias ricas uma quantia monetária equivalente de a 7% do PIB. Por conta disso, tornasse muito difícil conter a desigualdade de renda no Brasil (POCHAMANN, 2007, p. 77).

[...] é importante ressaltar que o valor monetário dos Programas de Transferências, o que representa de Renda, em geral extremamente baixo, portanto, insuficiente para atender necessidades básicas que ultrapassem a mera reprodução biológica das famílias, o que representa a influência da perspectiva liberal que marca esses programas, expressa pela necessidade de transferência monetária não desestimular as pessoas para o trabalho, transferindo valores superiores aqueles que só podem ser obtidos com trabalho (SILVA et al. 2007, p.213).

Os programas de transferência de renda são desenvolvidos numa conjuntura em que a igualdade formal convive com a extrema desigualdade social que atinge considerável contingente populacional. Igualdade formal que encontra maiores expressões no caput do artigo 5º da Constituição Federal” [...] todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL,2008).

As legislações contribuíram para reforçar os direitos do ser humano como ser digno de vida, sendo assim os programas de transferências de renda vistos como oportunidade e inclusão desse ser no âmbito de sociedade.

1.2.6 As Famílias em Vulnerabilidade Social e a inclusão nos Programas de Transferências de Renda

Analisando a conjuntura atual nos mostra significativa persistência da pobreza e da desigualdade social. Teve uma pequena diminuição nesse índice, como medidas paliativas para a superação das problemáticas. Existe a partir da Constituição Federal de 1988 quando prevê os mínimos sociais para a dignidade humana. A dificuldade em definir pobreza é ressaltada por [Paes de Barros et al.1992:16] ao afirmar que a “pobreza é um fenômeno complexo que significa coisas diferentes para diferentes pessoas”. De acordo com Rocha (1998,2004) a pobreza apresenta um complexo multidimensional, podendo ser definida de forma

genérica como a situação na qual as necessidades não atendidas de forma adequada. Assinala: a pobreza absoluta está relacionada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades vitais mínimas enquanto, a pobreza relativa determina as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão.

O conceito de pobreza evoluiu ao longo do tempo, aumentando sua complexidade na medida em que novos parâmetros eram incorporados à sua definição. Abaixo lista algumas terminologias usadas para definir a pobreza:

- Nível baixo de renda ou consumo;
- Subdesenvolvimento humano;
- Exclusão social;
- Vulnerabilidade;
- Falta de recursos;
- Necessidades básicas não atingidas Privação.

Asselin (2009) considera a pobreza uma forma de exclusão social, resultado da distribuição desigual dos bens essenciais para uma vida digna. Os bens essenciais correspondem à capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de suprir necessidades básicas nas seguintes dimensões:

- Renda;
- Educação;
- Saúde;
- Alimentação / nutrição;
- Acesso à água potável / saneamento;
- Trabalho / emprego;
- Habitação e ambiente onde vive;
- Acesso a ativos (crédito);
- Acesso a mercados;
- Participação na comunidade / bem-estar social.

Esta visão contemporânea multidimensional da pobreza reflete a complexidade da sociedade atual.

As abordagens econômicas da pobreza enfatizam a exclusão da ordem econômica no processo de produção e nos benefícios do crescimento. As abordagens sociológicas da pobreza enfatizam os aspectos sociais e culturais, degradação e estigma. [...] Quando associada aos imigrantes, a pobreza está ligada a aspectos étnicos, raciais e religiosos (GEREMEK, 1994, p. 5).

Segundo Sawaia (2001, p. 8) “A sociedade exclui para incluir e está transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. A inserção econômica, decente ou não, digno ou não, sempre se dá de algum modo, o que caracteriza a “dialética exclusão/inclusão” e não apenas a inclusão ou exclusão como processos separados. Esse par dialético também se confronta com formas de legitimação social e individual que “manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência (...)”. O mesmo autor também afirma que a dialética exclusão/inclusão não se caracteriza como falha do modo capitalista de produção, mas sim, como um produto intrínseco ao funcionamento do sistema que se manifesta como um dos vieses de sua própria contradição.

Para o entendimento sobre o que é inclusão social, antes é necessário compreender a definição sobre a definição de exclusão social e como ela ocorre. Lenzi (2018) explica que “o conceito de exclusão social está intimamente relacionado à desigualdade”, uma vez que ela “potencializa o processo de exclusão social. Gera pobreza, miséria, mortalidade, aumento do desemprego, aumento da violência e marginalização de parte da sociedade”

Afirma Lenzi (2018), que a “Exclusão Social designa um processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade. ” Ela relaciona esta condição ao capitalismo contemporâneo, argumentando que esse problema social foi estimulado pela estrutura do sistema econômico e político existente. Desta forma, as pessoas excluídas socialmente “sofrem diversos preconceitos, sendo marginalizadas pela sociedade e impedidas de exercer livremente seus direitos de cidadãos”, com relação “às condições financeiras, religião, cultura, sexualidade, escolhas de vida” e outros aspectos.

Os excluídos sociais geralmente são minorias étnicas, culturais e religiosas. Como exemplos temos os negros, índios, idosos, pobres, homossexuais, toxicodependentes, desempregados, pessoas portadoras de deficiência, dentre outros. Observe que essas pessoas ou grupos sociais sofrem muitos preconceitos. Isso afeta diretamente aspectos da

vida, e, em muitos casos, gera outro problema chamado de “isolamento social”. (LENZI, 2018).

A autora fala sobre a exclusão social no Brasil, que comporta muitas desigualdades e comportamentos intolerantes e cita exemplos como as escolhas relacionadas com a sexualidade, religião e culturas. Há diversos tipos de exclusão social:

Exclusão Cultural e Étnica: conceito atribuído às minorias étnicas e culturais, por exemplo, a exclusão dos índios. **Exclusão Econômica:** determina a exclusão de pessoas que possuam rendas inferiores, por exemplo, os pobres. **Exclusão Etária:** designa a exclusão por idades, por exemplo, crianças e idosos. **Exclusão Sexual:** tipo de exclusão que é determinada pelas diferentes preferências sexuais, por exemplo, a exclusão dos transexuais. **Exclusão de Gênero:** relativo ao gênero masculino e feminino, por exemplo, a exclusão das mulheres. **Exclusão Patológica:** exclusão relativa às doenças, por exemplo, os portadores de HIV. **Exclusão Comportamental:** aborda sobre os comportamentos destrutivos, por exemplo, dos indivíduos toxicodependentes (LENZI, 2018).

Portanto, a exclusão social abrange muitos aspectos que distanciam o cidadão dos seus direitos e da possibilidade de exercer sua cidadania tomando-o mais vulnerável em diversos aspectos.

O termo vulnerabilidade refere-se à incapacidade de uma comunidade de absorver os efeitos/resultados de uma determinada mudança em seu ambiente (fatores, físico, socioeconômico e sociopolítico), ou seja, sua “inflexibilidade” ou incapacidade de se adaptar a essas mudanças que para a comunidade constitui, pelas razões expostas, um risco.

Vulnerabilidade Social destaca-se que as análises de vulnerabilidade social não são mapeamentos lineares, que se reduzam à pobreza como fator explicativo, mas se constituem como análises multifacetadas, que consideram diferentes elementos. Dessa maneira, a vulnerabilidade social se configura mediante a análise dos seguintes aspectos: (1) posse ou controle de recursos materiais ou simbólicos que possibilitem o desenvolvimento ou a mobilidade social dos sujeitos; (2) organização das políticas relativas ao Estado, vinculadas à inclusão de forma geral e, mais estreitamente, à inserção no mercado de trabalho e condições de acesso às políticas; (3) os modos pelos quais os indivíduos, grupos ou famílias organizam-se no sentido de responder aos diferentes desafios ou adversidades sociais, ocupando determinadas posições nos jogos de poder (ABRAMOVAY et al. 2002).

Castel (1997) ao discutir a marginalidade, postula a existência de três zonas de distribuição dos indivíduos: a zona de integração – compreende indivíduos com condições de trabalho estável e uma significativa inserção relacional –, a zona de vulnerabilidade – caracterizada pela precariedade de trabalho e pela fragilidade dos vínculos relacionais –, e a zona de desfiliação ou de marginalidade – evidencia um duplo processo de desligamento dos indivíduos, referindo-se à ausência de trabalho e ao isolamento relacional.

O autor identifica a miséria econômica como determinante da maioria das situações de marginalidade, mas entende que a pobreza, isoladamente, não é suficiente para definir quais sujeitos necessitam suporte, visto que a dimensão econômica não fornece suficientes informações sobre as condições dos mesmos.

Da mesma forma como apontado anteriormente em relação aos estudos da saúde, na PNAS as palavras vulnerabilidade e risco frequentemente aparecem juntas, não se notando discernimento entre elas e remetendo a uma complementaridade. Isso pode ser visualizado no documento, quando coloca que cabe à Política de Assistência Social “[...] conhecer os processos de vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil” (BRASIL, 2014, p. 16) ou, então, ao referir à exposição das famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade.

As experiências de inclusão das famílias em vulnerabilidade social nos Programas de transferência de renda, implementadas pelo governo federal, sempre estiveram vinculadas a segmentos populacionais específicos e às políticas setoriais, permanecendo a indagação sobre as possibilidades de uma efetiva proteção social.

Os programas são geridos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os estados e municípios. As prefeituras são responsáveis pelo cadastramento das famílias, pela atualização e pelo controle da base de dados do Cadastro Único. Além disso, devem acompanhar o cumprimento das condicionalidades do benefício, além de promover ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo e às sustentações das famílias pobres do município.

Nessas condicionalidades, as famílias devem participar das ações de acompanhamento da saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental, e participar

de ações de educação alimentar. Com base nas informações do Cadastro Único, elaborado pelas prefeituras, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas. O controle social sobre o programa é exercido mediante a constituição de comissões municipais intersetoriais e paritárias. A Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente operador do cadastro e do pagamento dos benefícios.

O PBF tem se consolidado como elemento importante para rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, atingindo grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social com foco especial para crianças e jovens. Diante dessa consolidação muitas famílias temiam se desligar do Programa, por terem conseguido, temporariamente, renda maior que a de elegibilidade. Agora, porém, é possível voltar a receber sem ter que passar pelo processo tradicional de concessão do benefício. Isso está ocorrendo através do retorno garantido, o qual permite "às famílias beneficiárias que se desligarem do Programa de forma voluntária o direito de retorno imediato ao Bolsa Família, caso voltem a ter o perfil para o programa num prazo de até 36 meses. (FALCÃO et. al. 2014, p. 373). O MDS, responsável pelo PBF, decidiu, no ano de 2011, ampliar os programas voltados para a população em situação de miserabilidade, criando assim o Programa Brasil Sem Miséria.

O trabalho social com as famílias se mostra como um elemento importante. As ações e os programas sociais obtêm maior otimização dos recursos quando substitui o indivíduo pela família como objeto de sua intervenção, trabalha-se um todo, iniciando pela inclusão em programas de transferência de renda, quando necessário.

1.2.7 A atuação do Serviço Social junto e a inclusão dos Programas de transferência de Renda

O serviço social é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das sociais. A prática profissional da/o assistente social é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição de 1988 e pelas legislações complementar referente às políticas sociais e aos direitos da população, tem como objetivo amparar pessoas que de alguma forma não tem

total acesso à cidadania, ajudando-os a resolver problemas ligados a educação, habitação, emprego, saúde, assistência Social.

Destacamos aqui, uma reflexão sobre o trabalho do Assistente Social diante da atuação do profissional na inclusão dos benefícios, nos programas de transferência de renda, na política pública de assistência social, dando maior ênfase das condicionalidades, como verificar os comprometimentos das famílias enquanto suas responsabilidades no que se refere à evasão escolar, o programa exige que os benefícios tenham 85% de presença na sala de aula, sendo uma das condicionalidades, monitorada pela assistente social que atua para a permanência no programa, tornando o atendimento mais eficaz, possibilitando aos benefícios dos programas de transferência de renda, qualidade de vida.

Na área de saúde, como por exemplo: Os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento. As gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde. Os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) trabalham em conjunto para acompanhar os compromissos do Bolsa Família. Essa operação envolve o registro, em sistemas específicos, de informações sobre a frequência escolar e sobre a agenda da saúde de milhões de pessoas beneficiárias. O monitoramento é individualizado. Todo esse esforço se justifica para:

- Garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos;
- Encaminhar famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos;
- Contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza.

O cumprimento das condicionalidades do programa bolsa Família se direciona também à área da educação, nos seus diversos aspectos, a função do assistente social engloba com seu público alvo, recursos, parcerias, para que o benefício não seja bloqueado, dando assim a continuidade ao recebimento do

benefício, papel do assistente social enquanto averiguação das condicionalidades do Programa Bolsa para ser efetivada cada vez mais, enquanto as crianças e adolescentes que se evadem da escola, entrevistar a família, destacando maiores responsabilidades com os benefícios.

A entrevista é um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou no diagnóstico ou tratamento de um problema social. Esta técnica de pesquisa deve ser utilizada com todos os segmentos da população. O entrevistado não precisa saber ler ou escrever, ao contrário do questionário onde é necessário o entrevistado ser alfabetizado.

A entrevista ainda possibilita que sejam utilizadas tanto as abordagens quantitativas submetidas ao tratamento estático, quanto às abordagens qualitativas que são referência nesse tipo de abordagem (MARCONO; LAKATOS, 2011, p. 80-81).

O profissional de Serviço Social busca promover a inclusão social, contribuindo para emancipação das famílias beneficiárias ajudar nas condições para que estas famílias possam promover-se da situação de vulnerabilidade que se encontram participando de atividades contínuas como SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, acolhida, visitas e acompanhamento familiar e BPC- Benefício de Prestação Continuada para idosos e pessoas com deficiência, cursos em parceria com o Sindicato Rural e Senar –Serviço Nacional de aprendizagem Rural, levando e dando oportunidade para as famílias com atividades capacitações para que aumente sua renda e autoestima.

Com as visitas domiciliares aos beneficiários uma das condicionalidades, o assistente social tenta fazer um levantamento de quais seriam os motivos: alguns deixam de ir para a escola para ajudar sua família, gravidez precoce, envolvimento com drogas e álcool, filhos que não respeitam os pais, casos de negligência familiar, difícil acesso e as condições climáticas.

A atenção individualizada à família e seus indivíduos prestado pelo trabalhador social em uma unidade domiciliar. A visita domiciliar deve se pautar nos princípios de respeito à privacidade da família, dialogicidade e protagonismo, tanto no que diz respeito à receptividade quanto à disponibilidade para responder as perguntas específicas. (BRASIL, 2005)

Conforme a visita e a identificação do problema realizado pela equipe multidisciplinar do equipamento de sua abrangência que atua, através do Serviço

de Proteção e Atendimento a família (Paif) que é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção a família, prevenindo a ruptura de laços familiares, promovendo o acesso aos direitos para manter uma qualidade de vida digna. Sendo assim o trabalho já está sendo feito pelo profissional. Pois a família entra em acompanhamento, existe um trabalho qualificado e fortalecido, na qual o Assistente Social consegue entrar na residência dos usuários, informando o que pode acontecer, com o descumprimento das condicionalidades, pois neste momento a família está sendo advertida, não aderindo às orientações haverá o bloqueio do benefício e conseqüentemente o cancelamento, pois não houve assiduidade com as condicionalidades.

Entretanto, é preciso reconhecer que o alcance de tal objetivo exige a implementação de mecanismo consistente de acompanhamento social das famílias beneficiárias no sentido de rever tais exigências em real oportunidade de inserção social. Para qualificar o trabalho do Assistente Social, há que se analisar a dimensão política a qual não é revelada de imediato e nas dificuldades emergentes da ação.

Para que consigamos revelar este significado social da prática, há que se considerar o movimento das classes sociais e ainda sua relação com o Estado e a sociedade para que assim possamos desvelar (...) "os fios que articulam as estratégias políticas de classes, desvendar seus efeitos na vida social, assim como seus limites e possibilidades" (IAMAMOTO, 1992, p.120).

Podemos constatar a importância de o Assistente Social verificar as condicionalidades, e se as famílias necessitam de um apoio e acompanhamento principalmente se não possuem acesso às informações quanto aos seus direitos e seus deveres junto aos programas. Então se entende que se aplica ao Serviço Social entrelaçada como os programas de transferências de renda à Busca Ativa, acompanhamento das condicionalidades e fazer com que sejam cumpridas as exigências necessárias para que se tenha uma Política justa para todos. Sendo assim:

Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os

apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais (BRASIL, 2009b, p. 29).

Segundo o caderno Orientações Técnicas do CRAS (BRASIL, 2009), a busca ativa deve ser realizada através do deslocamento da equipe de referência para conhecimento do território; contatos com atores sociais locais (líderes comunitários, associações de bairro); obtenção de informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais; campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, colagem de cartazes e utilização de carros de som, e outros, de acordo com as necessidades visando o alcance da população à margem do atendimento. Então, não basta ser uma modalidade prevista nas Orientações, mas deve ser a modalidade mais adequada para que os resultados pretendidos - incluir a população excluída - seja alcançado.

Os Programas de transferência de renda representam um modelo típico das políticas sociais contemporânea e sua operacionalização é reveladora de práticas burocráticas que reforçam a vigilância e o controle dos mais pobres. Nesse cenário as atribuições exigidas ao profissional favorecem a arbitrariedade dos que decidem sobre o grau de necessidade dos beneficiários, restringindo as condições objetivas de efetivação de condutas profissionais alinhadas aos princípios do Código de ética do Serviço Social.

1.2.8 A necessidade emergencial: Do Trabalho Social a garantia ao Acesso aos Direitos

Na busca da defesa e, mais do que isso, da construção de um legítimo Estado Democrático de Direito, mostra-se necessária uma atuação marcante e eficaz no que tange às discussões em torno das políticas públicas concernentes às áreas que são relevantes para a garantia da cidadania.

Os Assistentes Sociais atuam de acordo com a legislação vigente no Brasil e na efetivação do trabalho, utilizam-se de políticas, leis e resoluções que se façam úteis para a efetivação do trabalho do assistente social, mas principalmente, para a garantia de acesso ao direito das pessoas atendidas em suas demandas profissionais, atuação, garantir a proteção social básica e especial do indivíduo, que para se manter na condição de sujeito social e ter acesso a uma vida digna,

necessita essencialmente de “mínimos sociais”, que são garantidos através do acesso às Políticas Sociais, ou seja, “Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei e atitude institucional positiva, isto é ativa, que exige providências concretas em direção à satisfação de necessidades sociais (...) O direito que fundamenta a Política Pública é um direito coletivo e não individual (...)” (POTYARA, PEREIRA, 1996, p. 130). Ou seja, a promoção dos direitos sociais garantidos por lei como educação, saúde, moradia, alimentação, lazer, vestuário, saneamento básico e transporte urbano, visando o bem estar humano diante do convívio social.

Os direitos sociais são direitos garantidos que o Estado tem a obrigação e o dever de oferecer aos cidadãos, para que tenham uma vida digna, com respeito, equidade e igualdade, que segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988, dispões:

Art. 6º: São direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, o trabalho, à moradia, o lazer, a segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º64, de 2010).

Partindo do princípio de enfrentamento das expressões da questão social, podemos considerar que a gênese das “Políticas Públicas” está ligada ao processo de permanente conflito entre os diversos componentes da sociedade e resultou na resposta do estado, buscando soluções dos problemas enfrentados pelas classes subalternas da população.

As Políticas Públicas decorrem de demandas de segmentos da população no qual o estado deve direcionar as mesmas, através da análise dos “indicadores sociais”, que tem a finalidade de subsidiar as atividades de planejamento e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil, permitindo o aprofundamento da investigação e assim buscar possíveis mudanças sociais através da garantia dos “Mínimos Sociais”.

Entretando, para efetivação das Políticas Públicas é necessário observar a necessidade individual, regional e cultural do usuário de serviço social, família ou comunidade, para melhor atender ou suprir suas necessidades, garantindo a universalidade do acesso, através da equidade e justiça social, buscando melhor administrar os recursos públicos.

No Brasil, cerca de 18 milhões de pessoas, vivem em extrema pobreza. Esses dados estão presentes no estudo realizado pela Abrinq, em 2016, com o tema Cenário da Infância e Adolescência no Brasil para 2017, que também destaca números de domicílios sem acesso a água (17,15%) e esgotamento sanitário (32,94%), além da quantidade de denúncias recebidas pelo Disque 100, em 2015, que ultrapassaram 153 mil registros de violações de direitos contra crianças e adolescentes em todo o país. Encontrar soluções para reverter esses números é um dos desafios do Assistente Social.

Os desafios enfrentados pela população, principalmente os financeiros, refletem cada vez mais na desigualdade social. Infelizmente, são muitas as pessoas que sofrem com as diferenças de classes, seja na saúde, habitação entre outras áreas da sociedade.

A despeito das dificuldades, sobretudo a incipiência de estudos críticos/teóricos sobre a temática, destaque-se sua validade como forma de rever a atuação do profissional do Serviço Social na defesa da ética e dos direitos de cidadania, de modo a honrar seu compromisso com a liberdade e o pleno alcance desses direitos. Nessa perspectiva, abre mão da visão heroica e ingênua que atribui ao Serviço Social à tarefa de solucionar os problemas societários, pretendendo demonstrar, unicamente, o caráter crítico-reflexivo que deve permear tal atividade. Em face das contradições criadas pelo sistema capitalista, especialmente em países em crescimento econômico como o Brasil, evidencia-se a necessidade constante de criar estratégias que visem enfrentar as desigualdades socioculturais e econômicas geradas no centro desse sistema. É necessário, também, crer na competência do ser humano para recobrar seu entusiasmo e com isso, desempenhar sua função como sujeito e ser histórico empenhado nas lutas e na emancipação humana.

Podemos destacar a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. É de extrema importância que a pessoa saiba seus direitos e os caminhos para poder acessá-los, juntamente com as orientações e acompanhamentos. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos

Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade às informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Destacamos que consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil propõe reconhecimento das situações de vulnerabilidade e risco presentes no cotidiano das famílias e indivíduos, para seu enfrentamento e superação de forma compartilhada entre técnicos e usuários. A falta de prevenção ou o aprofundamento das situações de vulnerabilidade poderão originar situações de risco social decorrentes da exposição à violência, exploração, negligência, dentre outras violações de direitos emergentes ou já estabelecidas. A pobreza é um elemento de vulnerabilidade social que pode agravá-la e potencializar o risco.

Podemos distinguir os conceitos e reconhecer inter-relações ao considerar que a sociedade pós-industrial e tecnológica se caracteriza como uma sociedade de risco por conta dos efeitos que a tecnologia, a globalização econômica e os desequilíbrios ecológicos produzem. Há implicações éticas, políticas e culturais presentes na interação entre as pessoas e as relações de poder que norteiam os processos econômicos, produtivos e tecnológicos que desconsideram os impactos para os seres humanos e o meio ambiente.

Para além da existência dos serviços, a qualidade do atendimento tem grande impacto junto aos usuários. A começar pela atitude de acolhida e a escuta qualificada para identificação de vulnerabilidades associadas à fragilização ou ruptura de vínculos, baixa ou nenhuma escolaridade, perda ou inexistência de documentos pessoais, falta de qualificação profissional e oportunidades de trabalho, condições precárias de moradia, pobreza extrema, falta de acesso a serviços essenciais.

As situações podem ser agudizadas em decorrência de redução da mobilidade, doença mental ou outras doenças incapacitantes, situações de ameaça à vida, vivência de rua ou outras violações de direitos. Há que se considerar, também, a exposição à degradação ambiental por agentes poluidores, desestabilização de vales e encostas, ocorrências de incêndios, enchentes, destelhamentos, desmoronamentos, dentre outros.

Diante da vulnerabilidade relacionada à condição das famílias e indivíduos para enfrentar questões próprias do ciclo geracional, das relações sociais e da dinâmica do território, propiciar oportunidades de acesso a trabalho, renda e

serviços públicos, poderá ser determinante para maior ou menor qualidade de vida e cidadania, essas são algumas de nossas competências e desafios como assistentes sociais: “A necessidade emergencial: Do Trabalho Social a garantia ao Acesso aos Direitos”.

1.3 CAPÍTULO III: Análise da experiência vivenciada no Estágio de Serviço Social

Durante o processo de estágio, foi possível identificar algumas das problemáticas existente com os usuários, onde esta realidade foi vivenciada juntamente com a profissional assistente social e supervisora de estágio. Observamos que o profissional tem que unificar intensamente o conhecimento teórico juntamente com a prática. O Assistente Social deve usar seu domínio com os instrumentais técnicos operativos de trabalho, utilizando-se da visita domiciliar, atendimentos, encaminhamentos, dinâmica de grupo, entrevista, observação, acolhimento, estudo social e outros. Considerando que desta forma técnica e estrategista o profissional consegue chegar mais próximo da realidade, desvelar seu usuário, muitas vezes conseguindo a confiança do mesmo, o que facilita o processo e o alcance do objetivo. Percebemos no período de experiência vivenciada no estágio, que grande parte dos usuários tem a deficiência de informações sobre os seus direitos sociais e as políticas públicas do município.

1.3.1 A concepção do Estágio de Serviço Social

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. O objetivo é demonstrar a importância do Estágio Supervisionado para a formação do profissional assistente social, por ser um dos momentos da formação que consiste em sucessivas aproximações teórico-práticas com a finalidade de apreensão da realidade concreta e o desafio de materializar a indissociabilidade entre teoria e prática.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é essencial para a formação do Assistente Social, complementa o processo de ensino aprendizagem, e possibilita que o aluno (a) /estagiário (a) do curso de Serviço Social, inserido no Campo de Estágio, vivencie na prática, as situações reais do cotidiano do profissional.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade civil de natureza acadêmica-científica em âmbito nacional, em consonância com suas finalidades estatutárias, descritas no art.2º busca permanentemente:

I-Propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II- Fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização políticas dos assistentes sociais, III- Contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquista emancipatória; IV- Propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-graduação (ABEPSS, 2008).

Nesta perspectiva, conectada ao contexto socioeconômico e político contemporâneo e comprometida com essas (dentre outras) finalidades, a ABEPSS delibera por traçar uma política nacional de estágio na área do Serviço Social, entendendo-a como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prático na integralidade da formação profissional do assistente social.

Diante disso, reafirma o compromisso com a luta pela educação, gratuita pública, laica, presencial, de qualidade e de relevância social; e com a defesa das Diretrizes Curriculares produzidas pela ABEPSS (1996) e pela comissão de especialista (1999). Nessa perspectiva, acredita-se que:

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio na formação profissional deve construir-se em aprofundamento permanente no interior do debate acadêmico como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional e de competência das unidades de ensino no processo formativo. Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constata dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão do ensino da formação de qualidade pressupostos das diretrizes (ABRAMIDES, 2003, p.16).

Desta forma, entende-se que a Política Nacional de Estágio constitui um instrumento fundamental de enfrentamento ao processo de precarização do ensino superior na área de Serviço Social, e, nesta perspectiva propõe uma concepção de estágio supervisionado que pretende: [...] oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (PNE, 2010, p. 14).

É de suma importância retomar os princípios que fundamentam a formação profissional nas Diretrizes Curriculares de 1996, em especial o princípio da indissociabilidade entre estágio e supervisão, tanto acadêmica quanto de campo vinculado aos princípios norteadores do estágio supervisionado recomendados pela PNE (ABEPSS, 2010), quais sejam: indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-realidade; interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elementos que compõem a agenda do trabalho conjunta entre supervisores.

O processo de estágio supervisionado, componente constitutivo da formação em Serviço Social, não pode ser reduzido à mera preparação de tarefas, ação atrelada à burocracia, aos ditames mecânicos, rotineiros e tecnicistas, nem situar o estudante como força de trabalho de baixo custo, desfigurando, assim, a dimensão educativa desta atividade, tendo em vista que o:

[...] estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, PNE, 2010, p.11).

Segundo Lewgoy (2009), a supervisão de estágio é um espaço de mediações entre formação e exercício profissional, processo complexo que supõe

apreensão da realidade concreta da sociedade, da profissão, da universidade, dos acadêmicos, do processo de ensino-aprendizagem, dos campos de estágio e dos usuários, apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Por ser um processo de aprendizagem, o estágio e sua supervisão são espaços afirmativos de formação e têm como matéria-prima, para o supervisor, a aprendizagem que vai se afirmando diante das intencionalidades, da orientação, do acompanhamento sistemático e do ensino, na perspectiva de garantir ao estudante o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimentos sobre a realidade com a qual se defronta no estágio, de intervir nessa realidade, operando políticas sociais e outros serviços.

Nesta perspectiva, os Fóruns de supervisão de estágio se constituem em instrumentos fundamentais para o enfrentamento coletivo dos desafios postos pela contrarreforma da educação superior na defesa de um projeto de formação profissional de qualidade, coerente com um projeto de profissão e de mundo. Os Fóruns de Supervisão Estágio previstos na PNE não devem ser apreendidos em uma dimensão burocrático-legalista, mas no seu potencial de articulação política, estratégia coletiva de garantia de uma formação profissional intelectual e crítica.

Foi através do Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado que percebemos a significância de um período desafiador e de aprendizado, extremamente esclarecedor e construtivo.

Com relação às áreas trabalhadas no decorrer do estágio, tivemos a oportunidade de vivenciar as práticas de intervenção social no Programa Bolsa Família, através de abordagem Individual, observação, entrevista, reunião de rede, encaminhamento social e visitas domiciliares. No entanto a abordagem grupal proporcionou momentos intensos de vivência e troca com os usuários.

Contudo, acreditamos que os objetivos enquanto estagiária foram alcançados, pois o aprendizado concebido diante do processo de estágio de intervenção, a nível pessoal significou uma experiência que agrega conhecimentos sobre a atuação profissional e sobre a realidade social vivenciada pela população.

A nível profissional, o estágio teve importância singular, pois proporcionou um amplo contato com a instituição e com a profissão, contribuindo para uma visão mais crítica sobre as expressões da questão social. Bem como, significou um estímulo à integração diante da troca de ideias e experiências com os usuários,

vislumbrando assim, através da prática, a percepção dos diferentes aspectos culturais gerais, sociais e políticos da sociedade na qual estamos inseridos.

1.3.2 Os Programas de Transferência de Renda do Município de Pinheiro Preto com Ênfase no Bolsa Família

Entendemos que o Programa Bolsa Família (PBF) consiste em promover a proteção social às famílias que se encontram na situação de pobreza e extrema pobreza e numa situação de vulnerabilidades analisar a realidade socioeconômica das Famílias usuárias do Programa Bolsa Família de Pinheiro Preto de Pinheiro Preto / SC. Identificando no Estágio de Serviço Social a importância e o impacto do referido programa na vida de cada cidadão beneficiário.

Vinculado à Política de Assistência, na medida em que visa o enfrentamento da pobreza e a garantia dos mínimos sociais aos cidadãos e grupos que se encontram em situações de extrema pobreza, o Programa Bolsa Família insere-se no sistema de proteção social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas na prevenção e superação das situações de pobreza. O funcionamento do programa consiste na ida das famílias com o perfil de inclusão até o local determinado pela Prefeitura, levando todos os documentos exigidos e preenchendo um formulário que contém informações essenciais da família, como dados pessoais e documentos de cada membro; qualificação escolar e profissional; características da família; despesas mensais da família; relação familiar entre outros dados, denominado de Cadastro Único ou CAD Único.

Destacamos a extrema importância de elaborar este estudo, pois através da Intervenção do Estágio Curricular podemos ter a percepção da realidade socioeconômica que as famílias beneficiárias do referido Programa vivem colaborando que não é apenas o auxílio financeiro, mas a Inserção dessas famílias na Rede de Proteção Social, no acompanhamento, no atendimento, na participação ativa da sociedade, na oportunidade de mudança de vida e no incentivo de melhores condições e perspectiva de vida. Associando ao trabalho do Assistente Social, percebemos que a profissão tem muito a contribuir com os beneficiários do programa. Essas ações implicam na ampliação, democratização e melhoria do

sistema educacional brasileiro, dos serviços de saúde, da política de trabalho e renda, da política de habitação e etc. Ações que vão além da política de transferência de renda.

Em nosso município atualmente tem 3.550 habitantes, dentre estes, temos 57 famílias beneficiárias do Bolsa Família que equivalem, aproximadamente, a 5,05% da população total do município e inclui 18 famílias que, sem o programa, estariam em condições de extrema pobreza. A cobertura do programa é de 139,02% em relação à estimativa de famílias pobres no município. O município já alcançou a meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser a manutenção da atualização cadastral dos benefícios, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido.

O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar muito bom, acima da média nacional. No entanto é fundamental que a Gestão Municipal do PBF continue procurando identificar os beneficiários realizando ações de orientações às famílias para que informem nas secretarias escolares quando as crianças e jovens forem beneficiários do PBF e para que atualizem o Cadastro Único quando eles mudarem de escola, ou ainda realizando busca ativa adequadamente, os motivos que levam os alunos com baixa frequência a descumprir a condicionalidade. A identificação desses motivos deve servir de base para a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde para que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias.

Assim o município possui acompanhamento da agenda da saúde razoável, mas ainda abaixo da média normal. Para melhorar essa situação, o gestor municipal, PBF deve conhecer e se articular com o coordenador municipal do PBF de saúde, que é o responsável técnico por esse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde. Eles podem realizar atividades de orientação e esclarecimento sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF para as equipes do Programa Saúde da Família, para os agentes comunitários de saúde; realizar ações de orientações as famílias. Também é importante se organizar para registrar mensalmente as informações sobre as gestantes identificadas.

O município apresenta uma família em fase de suspensão no período de acompanhamento. As famílias apresentam registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades do PBF (Sicon), registros necessários para que

as famílias não deixem de receber os recursos do Bolsa Família. O município já vem realizando as atividades de cadastramento e possui:

- 229 famílias inseridas no Cadastro Único;
- 215 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 138 famílias com renda até meio salário mínimo;
- 119 famílias com renda até meio salário mínimo com o cadastro atualizado.

Isso significa que o cadastro no município de Pinheiro Preto está bem focalizado e atualizado, ou seja, a maioria das famílias cadastradas pertencem ao público alvo.

1.3.3 Projetos de Intervenção Institucional

A Secretaria Municipal de Assistência Social atende toda a população que dela necessitar, tendo como compromisso o atendimento dos usuários em vulnerabilidade social e tem como política pública principal a assistência social.

Atualmente, a Secretaria conta com uma estrutura recentemente ampliada e reitera para atender os munícipes de Pinheiro Preto. A Secretaria possui também os serviços do CRAS – O Centro de Referência da Assistência Social é vinculado à secretaria de saúde, com sua sede juntamente à prefeitura municipal.

Atualmente, a secretaria tem como gestora a Sra. Zildete Maria Denardi, sendo que a mesma apresenta proposta de no mês de janeiro do ano de 2020 fazer a desvinculação das secretarias para obter maior êxito em suas funções. Os objetivos da instituição são:

- Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda e acesso aos serviços públicos) e fragilização de vínculos afetivos – relacionados e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas de gênero ou por deficiência);

- Continuar o processo de levantamento de indicadores socioeconômico da população em situação de vulnerabilidade social do município de Pinheiro Preto;
- Desenvolver campanhas sócio educativas e de prevenção;
- Capacitar os usuários da assistência social, visando assegurar o acesso aos benefícios previstos na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) buscando a concretização dos direitos sócias em todas as áreas;
- Garantir o atendimento aos benefícios eventuais;
- Desenvolver as atividades sócio educativas com crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, priorizando o atendimento aos mais carentes cadastradas no Cad. Único, vítimas de violência, pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade;
- Fomentar, incentivar e atender pessoas e grupos com atividades produtivas, visando à geração de empregos e renda para os jovens;
- Trabalhar com o grupo de convivência de idosos, resgatando e valorizando a pessoa idosa, como parte integrante da sociedade, fortalecendo suas relações com família e comunidade;
- Envolver o poder público e a sociedade civil organizada, para obter um Plano de Assistência que o alcance assegure os objetivos com a participação do município, estado e união;

Entre os serviços prestados à população destacam-se:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que garante aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com os seus ciclos de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situação de risco social e individual;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio-pessoas com deficiência e idosos, estes serviços que tem por finalidades a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismo para a inclusão social e a participação e desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas;

- Serviços de Proteção Social Especial, os mesmos destinam-se à famílias e indivíduos-PAIFI, este serviço está relacionado;
- Apoio, orientação e acompanhamento às famílias com ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direito;
- Serviço de Acolhimento Institucional, o mesmo significa o acolhimento em diferentes tipos de equipamento, destinado à família ou indivíduos em vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir a proteção integral;
- O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora organiza o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção em residência de famílias cadastradas no programa. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na impossibilidade o encaminhamento para adoção;
- O Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergências que promove apoio e proteção à população atingida por situação de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas;

Serviços disponibilizados pela Unidade Básica de Saúde são os seguintes:

- Acolhimento/Escuta Qualificada consulta médica–ESF, consulta com psicólogo, nutricionista projetos terapêuticos singulares, visitas, atendimentos domiciliares, assistente social, teste de orelhinha e pezinho entre outros serviços prestado ao usuário.

1.3.4 Projeto Acadêmico

Para desenvolver o estágio curricular obrigatório de Serviço Social, foi outorgada a autorização da Secretaria da Saúde, Sra. Zildete Maria Denardi, ela supervisão da Assistente Social Sra. Tauana Neis. Com o objetivo de conhecer a realidade dos usuários da assistência social. Nosso princípio fundamental foi desenvolver o estágio com um olhar voltado a analisar a realidade das famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda, com os seguintes objetivos:

1.3.4.1 *Objetivos*

1.3.4.1.1 ***Objetivo Geral***

Viabilizar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza aos benefícios de transferência de renda do Programa Bolsa Família, através da inclusão ao Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO), proporcionando o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

1.3.4.1.2 ***Objetivo Específicos***

- Apresentar os benefícios que o Programa Bolsa família trouxe para os usuários completados no programa;
- Analisar a qualidade da rede de atendimento para os usuários do Programa Bolsa Família no município de Pinheiro Preto;
- Conhecer a realidade em que estão inseridos os usuários beneficiários do Programa Bolsa Família.

1.3.5 **O Serviço Social na Instituição**

Atualmente o Serviço Social busca executar as ações conforme preconiza a PNAS e o SUAS, porém a inexistência do comando único, já previsto em 1993 pela LOAS, dificulta os avanços e a consolidação da política de Assistência Social, de caráter não contributivo e visando a universalidade, pois a abrangência do atendimento da demanda depende da alocação de recursos financeiros, advindos principalmente do Estado e da União e da qualidade dos serviços prestados. Além disso, faz-se necessário habilitar o nível de gestão de básica para plena, a fim de garantir o atendimento e os recursos necessários para intervenção qualificada.

Assim o Departamento de Serviço Social da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, tem como missão: “Implementar de modo articulado e intersetorial a Política Municipal de Assistência Social para a população em situação de vulnerabilidade pessoal e social, através de ações e programas preconizados pelo SUAS, seguindo as normas e diretrizes da PNAS, assegurando os princípios estabelecidos na Loas, contribuindo para melhoria na qualidade de vida e consolidação de autonomia desta população”.

Visa também à participação da sociedade civil organizada, através dos Conselhos Municipais e das Conferências Municipais, como espaços de discussão, avaliação e fiscalização das ações da Política de Assistência Social.

Os programas, projetos e benefícios de assistência social destinados aos usuários serão prestados através de ações de Proteção Social Básica, ou seja, conjunto dos programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social destinados à população em situação de vulnerabilidade social. Seu caráter é essencialmente preventivo, onde visam a prevenção de situações de riscos e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e Proteção Social Especial (modalidade de atendimento destinada à famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, entre outras.

A Proteção Social Especial é dividida em média e alta complexidade. A primeira compõe-se de serviços de atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já a segunda, a de alta complexidade contém serviços que oferecem atendimento às famílias que se encontram sem referência e/ ou em situação de ameaça ou violação de direitos e a indivíduos que por uma série de fatores, que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias.

Com a criação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS em 2004 e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2005, a política de Assistência Social passa a centralizar as ações na família e não mais em segmentos específicos. No município essa mudança também é percebida com a ampliação dos serviços por nível de proteção e complexidade.

Segundo a própria Assistente Social Tauana Neis, para a intervenção na realidade, a metodologia dialética adequada, baseia-se no referencial conceitual

metodológico que fundamenta a política de atendimento. Os assistentes sociais devem romper com a imagem tradicional do Serviço Social – pautada na ajuda e nos traços a ela implicados. Sem tais atitudes e ações, será muito difícil que os esforços empreendidos pela categoria profissional, consigam de fato superar esta imagem tradicional marcada pela ajuda e pelos aspectos a ela vinculados e materializados de certa forma a partir das requisições institucionais que nos são apresentadas e das respostas que muitos profissionais ainda oferecem no cotidiano profissional. No cotidiano a prática profissional no campo sócio institucional, ou seja, o Serviço Social desenvolve atividades diversificadas que abrangem questões familiares, justiça, educação, habitação, trabalho, saúde, assistência a recursos humanos, programas sócio educativos e sócio assistenciais. O profissional do Serviço Social ao desenvolver sua prática se depara com vários desafios, uma vez que há um grande número de pessoas acometidas por problemas sociais, é preciso reavaliar a atuação profissional, para que esta seja mais ativa e assume, de fato, um caráter transformador e eficaz. O usuário participa de todas as políticas voltadas à população através de informações, reuniões e decisões ou como encaminhamentos para saúde, alimentação, inserção em programas assistências. O profissional dentro da sua área tem total decisão para atuação, quanto aos recursos para concretização dos direitos sociais com a parceria respeitando as Leis Municipais e outros profissionais. Objetivando o acesso aos direitos sociais e à valorização e a conquista de um espaço que seja respeitada sua cidadania.

1.3.6 Caracterização dos sujeitos sociais da prática de estágio: perfil das famílias cadastradas nos programas de transferência de renda do município de Pinheiro Preto/SC

Avaliamos que o objetivo principal junto ao setor foi a viabilização ao acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza, em relação aos benefícios de transferência de renda, sendo esse PBF, através da inclusão no Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO), proporcionando o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Em relação aos beneficiários, através da prática do estágio, bem como mediante a análise de dados, entrevista e visita domiciliar, verificou-se que os beneficiários do PBF são usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do município, mais expressivamente do Serviço de Proteção Integral a Família - PAIF, ou seja, usuários em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual, desvantagens pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas, usuários com diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos, bem como usuários com inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal.

Já no tocante às expressões da questão social presentes no grupo de beneficiários do PBF, estas foram relatadas e verificadas, através de visita domiciliar, sendo apresentadas da seguinte forma: falta de acesso à moradia, falta de acesso a programas e serviços existentes no município, falta de informações sobre projetos, reuniões, audiências públicas, fóruns. Além disso, a grande parte dos beneficiários residem no interior do município, sendo o acesso até o centro da cidade dificultoso, onde não possuem veículo próprio. Cabem ressaltar que foi realizado edital de licitação, visando a contratação de empresa de transporte para os beneficiários do PBF e usuários do CRAS, em relação ao deslocamento até as oficinas, reuniões e atendimentos. Porém, a licitação foi fracassada, isto é, não teve interessados. Nesse sentido, os técnicos do setor responsável, estão se organizando para início do ano de 2020, realizar a publicação de novo edital, objetivando suprir a demanda e necessidade da Política de Assistência Social do Município.

Em relação ao perfil socioeconômico dos beneficiários, ressalta-se que a grande parte destes possuem renda de até R\$ 1.500,00, valor este referente as atividades laborais, entretanto, vale considerar que exercem suas atividades de maneira informal, parte destes, em colheita de frutas, situação essa que depende das condições climáticas. Geralmente estas famílias vêm de outros municípios para tentar melhorar as condições de vida. Algumas famílias numerosas com filhos pequenos dificultando ainda mais a melhoria de vida. Esta família vem com o emprego garantido em nosso município, pois a oferta deste é muito grande por

existir grandes plantações de morangos, pêssegos e uvas um atrativo em relação ao emprego.

Estas famílias conseguem o emprego, mas a moradia em nosso município é precária em termos de casas para alugar e quando estas estão disponíveis o valor é muito alto, praticamente o pouco que se ganha das plantações reverte em pagar o aluguel dificultando a melhoria de vida. Muitos nestas famílias estão sempre requisitando vagas na creche e solicitando auxílio do Conselho Tutelar. Objetiva-se que a mulher conquiste seus espaços no campo de trabalho, mas mesmo assim morando no interior da cidade fica cada vez mais complicado, pois muitos não tem seu carro tendo que pagar para alguém levar as crianças até o Centro de Educação Infantil, situações estas que acabam chegando até a Secretaria de Assistência Social para requisitar os benefícios para a melhoria de vida.

Temos famílias numerosas junto aos nossos beneficiários, devido à religião, não permitir o uso de contraceptivos, tentamos diversas estratégias: orientar sobre o planejamento familiar inclusive por fazer laqueadura, vasectomia, mas sem sucesso. Nos últimos tempos foi incluso 12 famílias no Programa de Transferência de Renda. Sem o acesso a esse programa estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa é 102% em relação á estimativa de famílias pobres no município. Diante do exposto, destacamos a importância dos programas de transferência de renda na vida das famílias que se encontram em vulnerabilidade social.

1.3.7 Descrição e análise da Intervenção do Estágio

No período de Março até Julho do ano de 2019, foi realizado Estágio Curricular de Serviço Social na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Pinheiro Preto , mais especificamente da Unidade Básica de Saúde em Pinheiro Preto, onde conseguimos compreender a unidade teoria e pratica, nas intervenções junto ao usuário. Colocamos em prática os instrumentais técnicos operativos da profissão, nos baseamos na Lei que regulamenta a profissão, código de Ética Profissional, dimensões constitutivas e Legislações que amparam nossa profissão de Serviço Social. A seguir alguns relatos do Processo de Estagio Curricular Obrigatório.

1.3.8 Desenvolvimento do processo de estágio

Data: 16/10/2018

Local: Secretaria de Saúde e Bem-estar Social.

Participantes: estagiária, supervisora e usuários.

Objetivos: Relatar para os usuários presentes do município a importância sobre o cadastro único.

Pauta: Reunião com os usuários para discorrer pontos significantes sobre cadastro único.

Instrumental técnico operativo utilizado: Reunião Grupal

Iniciou-se a reunião dando boas-vindas aos presentes, abordando a importância dos mesmos se fazerem presentes na unidade. Iniciaremos perguntando aos usuários quem já tinham ouvido falar sobre o cadastro único. Alguns que tinham ouviram falar, mas na verdade não sabiam certo o que era e para que servisse. Após esse momento repassei aos usuários através de leitura do material disponibilizado no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, importância do Cadastro Único, e por que o mesmo foi criado. Repassei aos usuários que o mesmo foi criado para o governo saber quem são e como vivem as famílias brasileiras mais vulneráveis, além de que é através Cadastro Único que o governo consegue entender quais as dificuldades que as famílias enfrentam e como podem ajudar a melhorar as suas condições de vida. Além disso, passei a importância das famílias fazer parte do Cadastro Único, assim podendo através no mesmo serem beneficiadas de diversos programas, como Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Telefone Popular, dentre outros.

Avaliação da estagiária: Foi um momento bem significativo, pois conseguimos passar para aos usuários presentes a importância de ser cadastrado e os benefícios que podem adquirir através do mesmo. Percebemos a satisfação dos usuários em saber sobre o assunto, sendo de grande importância.

SEGUNDO MOMENTO

Data: 23/10/2018

Local: Secretaria de Saúde e bem-estar social

Participantes: Estagiária e Supervisora

Objetivos: Proporcionar um momento de reflexão sobre sua própria identidade, autoconhecimento e acesso aos direitos sociais para grupo de mulheres.

Pauta: Palestra sobre autoconhecimento e reflexão sobre garantias, direitos e cidadania.

Instrumental técnico operativo: abordagem grupal

A atividade programada foi uma palestra sobre o autoconhecimento e desenvolvimento da dinâmica de grupo como tema “Desafio”. Com o objetivo de se conhecerem e formarem novas amizades, apenas de morarem no mesmo município. Cabe destacar que os integrantes são pertencentes do mesmo município e Bairros possuem suas singularidades e isso ocorre pelos preconceitos entres os bairros, ficando bem evidenciado. Apesar dos encontros anteriores, percebe-se que o grupo ainda tem bastante timidez e as integrantes comunicam-se pouco. Salienta-se que mesmo com suas peculiaridades, realizam as atividades propostas.

O objetivo das atividades com o grupo é que auto se avaliem para conhecer a si mesmo e aos colegas, com intuito de nós orientadores do grupo tentar descobrir a realidade da vida de cada uma ali presente. Buscou-se com este trabalho a compreensão de quem somos o que queremos e o que fazemos, parte de um contexto maior da sociedade no qual estamos inseridos. E ainda valorizar o eu pessoal e respeitar as pessoas, com suas diversidades.

Avaliação da estagiária: Ao intervir junto ao grupo, observou-se que pouco relatam sobre si e quase na sua totalidade não participam das palestras fazendo comentários ou perguntas. A abordagem grupal como dimensão técnico-operativo do Assistente Social nos serviços de convivência é de grande importância para nós estagiários, pois é o local correto para a divulgação dos direitos sociais e como o usuário poderá ter acesso a esses direitos.

DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Data: 04 de setembro de 2018

Horário: 7h30min às 11h30min

Local: Secretaria do Bem-Estar Social

Participantes: Supervisora, estagiária, usuário “E.G”.

Objetivos: Orientação dos usuários

Pauta: Orientação e encaminhamento.

Instrumental técnico utilizado: Atendimento individual e observação.

RELATO TÉCNICO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

O Sr. “E.G”, compareceu ao setor de Serviço Social da Unidade de Saúde, solicitando auxílios para realizar uma consulta gratuitamente com Cardiologista, justificando não possuir condições financeiras para custear uma consulta particular. Entretanto, o requerente relatou que já havia se consultado com um profissional da área através de encaminhamento do SUS, porém, segundo o mesmo, o atendimento não satisfaz suas necessidades, sendo que o médico afirmou que este não possui problemas cardíacos.

O requerente foi informado através da supervisora que não tem como a assistência social fazer o custeio da consulta, pois o município possui médico nessa especialização através do TFD-Tratamento Fora do Domicílio. Diante disso, o paciente necessita realizar consulta com o médico da UBS, com vistas a ter o encaminhamento para um cardiologista. Após isso, a profissional responsável pelo TFD do município, insere o referido senhor na fila de espera. Cabe informar que a Resolução nº 002/20107, expõe que as consultas somente serão liberadas caso estas não sejam ofertadas através do SUS, Consórcio, Convênios ou TFDs.

Diante do exposto, o requerente foi orientado da melhor maneira possível, sendo sanadas todas suas dúvidas, visando o melhor atendimento e encaminhamento.

Avaliação da estagiária: Percebemos a importância da resolução no município, onde a supervisora esclareceu todas as dúvidas do usuário perante a resolução municipal para referido senhor, objetivando o entendimento do mesmo.

DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Data: 11 de setembro de 2018

Horário: 7h30min às 11h30min

Local: Unidade Básica de Saúde

Participantes: Supervisora, estagiária e usuários

Objetivos: Realizar visita domiciliar

Pauta: Benefício assistencial.

Instrumental técnico-operativo utilizado: Visita domiciliar, entrevista, abordagem individual e escuta especializada.

RELATO TÉCNICO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Neste dia executamos visita domiciliar no interior do município, com a finalidade de analisar e certificar o que está acontecendo com o benefício do Sr. "R.G", pois o mesmo recebe o BPC-Benefício de Prestação Continuada, mas não tem posse de seu cartão, estando então, outra pessoa recebendo em seu nome.

Esse usuário possui deficiência intelectual, onde reside com seu pai e sua madrasta, porém ambos não possuem um bom relacionamento, devido à madrasta do adolescente não aceitar o mesmo. Segundo relatos de suas tias, o genitor recebe o benefício sem repassar nada para o adolescente, ficando em posse do pai e da madrasta a pecúnia no qual seria o direito do mesmo receber.

O genitor é uma pessoa difícil, onde verbalizou que tal fato é inverídico, que tal situação não ocorre, entretanto no meio da conversa, diz que acha correto outra pessoa receber em seu lugar e somente repassar ao adolescente uma pequena quantia do pagamento. Tanto é que nos respondeu grosseiramente as perguntas que foram realizadas a ele.

Foi orientado através da Assistente Social do INSS do município de Videira/SC, que o adolescente, juntamente de suas tias recorram até o Ministério Público verbalizando toda a situação que vem ocorrendo na residência, inclusive da posse do cartão do adolescente, bem como que se desloquem até o INSS com objetivo de trocar a posse do cartão do adolescente, expondo aos técnicos a situação que vem ocorrendo na residência, sendo que a profissional iria comunicar aos servidores, com vistas a dar uma solução para a situação.

Avaliação da estagiária: Este momento foi de grande valia, pois percebemos como devemos dar melhor desenvolvimento nas ações, sendo que a supervisora realizou contato com o INSS, objetivando obter as informações corretas para repassar à família, no tocante à questão de posse do cartão. Ademais, verificamos que a profissional encaminhou a família para acompanhamento do CRAS, por existir problemas em relação aos vínculos familiares, sendo de extrema importância o trabalho em rede.

Como já mencionado, citamos algumas experiências vivenciadas na prática do Estágio, vivências estas, que nos permitiram observar, analisar, planejar, refletir e executar encaminhamentos e orientações. A unidade teoria prática presente nestes momentos fortalecem a nossa formação profissional e nos preparam para sermos profissionais críticos diante da realidade do cotidiano.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo acadêmico, consideramos a conexão intrínseca existente entre o modo de produção capitalista e o Serviço Social, mostrando-se necessária a realização de uma reflexão acerca das determinações do capital sobre a conjuntura em que se deu a construção da profissão e na qual hoje ocorre o exercício profissional, abarcando também a centralidade da categoria trabalho e as configurações do mundo do trabalho. Vemos que o cenário contemporâneo, fortemente marcado pelo ideário neoliberal, tem sido marcado pelo exaurimento do projeto societário contrário ao sistema capitalista de produção, enfatizando, ao contrário novas formas de sociabilidade e tendências de interpretar o capitalismo como o último e único modo de vida em sociedade. Neste cenário, cresce exponencialmente o desemprego estrutural que alimenta a expansão da população excedente, ao lado da desregulamentação e informalização das relações de trabalho, com fortes rebatimentos na organização dos trabalhadores assalariados.

Nesse contexto social, trazemos em nosso trabalho, os impactos e a importância dos programas de transferência de renda para a vida dos usuários e famílias que se encontram em vulnerabilidade Social. As políticas de transferência de renda vêm se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro. Os dois principais programas dessa natureza o BPC e o Bolsa

Família, têm se expandido consideravelmente nos últimos anos e gerado efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país, embora não estejam isentos de críticas ou problemas.

Os programas possuem mecanismos administrativos próprios de identificação e seleção de beneficiários. Pela pouca informação de que dispomos sobre seus resultados indica que uma parte grande dos beneficiários encontra-se acima dos níveis de corte delimitados pelos programas, mas ainda assim abaixo da linha de pobreza. São, portanto, erros de baixa intensidade. Em termos comparativos, os programas brasileiros atingem seu público-alvo de maneira aproximadamente tão eficaz quanto os programas de países vizinhos. É sempre importante buscar aprimorar os programas, mas é difícil dizer em que medida isso poderia trazer melhorias significativas em relação à situação atual, uma vez que parte dos desvios observados pode estar relacionada a flutuações cíclicas na renda das famílias e a erros intrínsecos ao processo de focalização, cujo controle pode ser extremamente custoso. Destacamos que o Programa Bolsa Família e o BPC trouxeram mudanças significativas no enfrentamento da pobreza e emancipação das famílias juntamente ao acesso a direitos sociais.

Para finalizar trazemos o referencial sobre o estágio de intervenção, executado ao longo do primeiro semestre de 2019 que significou um período desafiador e de aprendizado, extremamente esclarecedor e construtivo, fazendo um fechamento da vivência realizada em sala de aula com a prática desenvolvida no Estágio.

Com relação às áreas trabalhadas no decorrer do estágio, tivemos a oportunidade de vivenciar as práticas de intervenção social no Programa Bolsa Família, através de abordagem Individual, observação, entrevista, reunião de rede, encaminhamento social e visitas domiciliares. No entanto a abordagem grupal proporcionou momentos intensos de vivência e troca com os usuários. Utilizamos os instrumentais técnicos operativos que dão base a profissão de Serviço Social.

Contudo, acredito que os objetivos enquanto estagiária foram alcançados, pois o aprendizado concebido diante do processo de estágio de intervenção a nível pessoal significou uma experiência que agrega conhecimentos sobre a atuação profissional e sobre a realidade social vivenciada pela população.

Já nível profissional, o estágio teve importância singular, pois proporcionou um amplo contato com a instituição e com a profissão, contribuindo para uma visão

mais crítica sobre as expressões da “Questão Social.” Bem como, significou um estímulo á integração diante da troca de ideias e experiências com os usuários, vislumbrando assim através da prática, a percepção dos diferentes aspectos culturais gerais, sociais e políticas da sociedade na qual estamos inseridos.

No decorrer da realização do estágio observamos a importância de sua realização, pois no mesmo torna-se possível aliar teoria à prática e aplicar os princípios éticos da profissão, construindo uma relação de aproximação com o meio acadêmico e a prática profissional.

Os projetos desenvolvidos pelo Serviço Social na instituição possibilitam maior abrangência na intervenção com o usuário e visam à melhoria e a organização dos serviços prestados pelo setor. Para a formação profissional, o estágio proporciona acima de tudo experiência, incentiva a pesquisa de assuntos que são ligados ao seu campo, traz a realidade do dia-dia da profissão, tal como as dificuldades e limitações enfrentadas pelo profissional. Contudo, acreditamos que os objetivos enquanto estagiária foram alcançados. Foi possível perceber uma boa integração entre os usuários da unidade, a supervisora institucional em relação a nossa presença intervindo e observando nesse período em que estive presente na unidade. Diante do exposto, significou um estímulo de integração diante da troca de ideias e experiências entre a profissional e os usuários em relação a nós. Assim concluímos esse período de estágio na Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social do município de Pinheiro Preto, satisfeita e agradecida. pois agregamos conhecimentos sobre a atuação profissional e sobre a realidade social vivenciada pela população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.** Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional.** Palestra proferida na oficina da Região Sul II-Gestão 2003-2004-ABEPSS. São Paulo, 2003

ARAÚJO, CC. Programas de Transferência de Renda e Enfrentamento à Pobreza: algumas reflexões críticas. In: **Seminário Nacional sobre Programas de Transferência de Renda:** Eixo temático de vinculação do trabalho. Programa Bolsa Família e o desafio da unificação dos Programas de Transferência de Renda. [S.D]

BARROS, RP et al. **Determinantes da queda da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2010a (Texto para Discussão, n. 1.460).

BARTHOLO, L et al. **Contribuições e potencialidades do Cadastro Único para a implementação de políticas sociais no Brasil**. Brasil. Fome zero. Uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética de ética assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, Dilséa Adeodata et. al. **Serviço Social e ética: um convite à nova práxis**. São Paulo: Cortez, 12ed. 2011.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Bolsa Família. Brasília: MDS, [s.d.]. Disponível em: Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. **Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Guia, 2005. Proteção Básica de inclusão.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988.

COTTA, TC; PAIVA, LH. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil. In: CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno SRH**, Salvador, n. 26-27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº145, de 15 de out. de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social de 2004 PNAS/2004. Brasília.

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução decreto nº 6.135 de junho de 2007**, dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

FALCÃO, Thiago; COSTA, Patrícia Vieira. **O Brasil Sem Miséria**: MDS 2014

FRANÇA, Reginaldo Pereira. Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 1, p. 152- 161, jan/jun. 2013

GUERRA, Yolanda. Apresentação. In: SANTOS, Cláudia M; BACKX, Sheila; A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de fora: **Ed. UFJF**, 2012, p. 9-13.

GUERRA, Yolanda et al. **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GUERRA, Y. "O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional". **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 91, ano XXVIII, São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, ano XXI, n. 62, mar. 2000.

JACCOUD, LB. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS, 2009.

IAMAMOTO, MV. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 11ed, 2011.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2ed, 1994.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

LENZI, Tié. **O que é cidadania?** Disp.em: <https://www.todapolitica.com/o-que-e-cidadania>. Pesquisa realizada em 04 de novembro de 2019.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

MARSHALL, TH. **Cidadania e classe Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Benefício de Prestação Continuada**: as armadilhas. Presidente Venceslau: Letras à margem, 2008.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família**, 1ª rodada (AIBF I). Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2012a. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/programa_bolsa_familia>. Acesso em: 28 out. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 18ed, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 9ed, 2005

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 84, ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 15ed, 2010.

OSORIO, RG et al. **Erradicar a pobreza extrema**: um objetivo ao alcance do Brasil. Brasília: Ipea (Texto para Discussão, n. 1.619) 2011.

OLIVEIRA, L; SOARES, S. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência**: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. Brasília: Ipea (Texto para Discussão, n. 1.814), 2013.

ORTIZ, FG. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Juiz de Fora: Ed.UF, 2012, p. 9-13.

PINHEIRO, Paulo S; NETO, Paulo M. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, 1997.

PEREIRA, PAP. Questão Social, Serviço Social, e Direitos de Cidadania. **Revista Temporalis**, 2ed, ano 02, n.3, jan. /jul. 2001.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia S; SILVA, Ana Paula S. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 281-293, 2000.

SANTOS, Cláudia Mônica dos et al. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda et al. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012, p. 15-38.

SANTOS, Claudia Monica dos. **As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social**. Revista Libertas: FSS/UFJF, 2002.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: SAIWA, Bader et al. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 7-13.

SILVA, MOS; YASBEK, MC; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, S; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea (Texto para Discussão, n. 1.424), 2009.

YAZBEC, MC. **Classes subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 3ed, 2003.

